

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA DE QUALIDADE AMBIENTAL NOS ASSENTAMENTOS HUMANOS

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

PROJETO ORLA

MANUAL DE GESTÃO

PROJETO ORLA: manual de gestão. Brasília: MMA/SQA;
Brasília: MP/SPU, 2002. 96p.

1. Qualidade ambiental - administração. 2. Conservação da natureza.
3. Orla marítima - Brasil. 4. Projeto Orla. I. Ministério do Meio Ambiente.
II. Secretaria de Patrimônio da União.

CDU 502.63(210.5):504.06(035)

Equipe de elaboração

Coordenadora Geral

Oneida Divina da Silva Freire

Coordenador Técnico

Ademilson Zamboni

Técnicos

Altineu Pires Miguens

Márcia Fernandes Coura

Consultores

Antônio Carlos Robert de Moraes

Elisabeth de Siervi

Silvio Soares Macedo

Colaborador

Fernando Luiz Lopes Dantas

Projeto gráfico e diagramação

Francine Sakata

Clarisse Othsuki

Ilustrações

Silvio Soares Macedo

Capa

Fábio Namiki

Ministério do Meio Ambiente

Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos

Programa Nacional do Meio Ambiente II

Esplanada dos Ministérios, Bl. B, 8º andar, Sala 831- Gabinete

CEP 70068.900 Brasília/ DF

Tel. (61) 317.1025 (GERCOM)

e-mail: projeto.orla@mma.gov.br

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Secretaria do Patrimônio da União

Esplanada dos Ministérios, Bl. C, 2º andar, Sala 200

CEP 70046.900 Brasília/ DF

Tel. (61) 313.1670 (SPU)

e-mail: atende.spu@planejamento.gov.br

APRESENTAÇÃO

O Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima – Projeto Orla, surge como uma ação inovadora no âmbito do Governo Federal, conduzida pelo Ministério do Meio Ambiente, por meio de sua Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos, e pela Secretaria do Patrimônio da União, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, buscando contribuir, em escala nacional, para a aplicação de diretrizes gerais de disciplinamento de uso e ocupação de um espaço que constitui a sustentação natural e econômica da zona costeira, a Orla Marítima.

Está presente nessa concepção o desafio em lidar com a diversidade de situações representadas pela extensão dessa faixa, que atinge 8.500 km e aproximadamente 300 municípios litorâneos, que perfazem, segundo o último censo, uma população em torno de 32 milhões de habitantes. Subjacente aos aspectos de territorialidade, encontra-se a crescente geração de conflitos quanto à destinação de terrenos e demais bens sob o domínio da União, com reflexos nos espaços de convivência e lazer, especialmente das praias, que são consideradas de uso comum do povo.

Esse cenário de natureza complexa iluminou a construção dos procedimentos técnicos para a gestão da nossa orla, cujas bases estão expressas em dois documentos: o primeiro – **Fundamentos para gestão integrada** – apresenta a estrutura conceitual e os arranjos político-institucionais, como base para orientar e avançar na descentralização da gestão da orla para a esfera municipal. Focaliza a importância do Projeto como estratégia de resgate da atratividade desse espaço democrático de lazer, além dos aspectos intrínsecos de gestão patrimonial que interagem para a sustentabilidade das ações de intervenção propostas pelos municípios envolvidos.

O segundo documento – **Manual de gestão** – orienta, por meio de linguagem técnica simplificada, o diagnóstico, a classificação e a caracterização da situação atual, a composição de cenários de usos desejados e respectivas ações de intervenção para alcançá-los. Esse elenco de ações consolida-se em um *Plano de Intervenção*, que adquire legitimidade quando busca formas efetivas de articulação e parcerias entre o governo e a sociedade, por meio de um Comitê Gestor.

Assim, o Ministério do Meio Ambiente está disponibilizando mais um instrumento, que incorpora ao contexto da gestão integrada a visão estratégica de planejamento e de busca de identidade local à solução de conflitos, e à manutenção das riquezas naturais, culturais e sociais do litoral brasileiro.

Regina Elena Crespo Gualda

Secretária de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos

SUMÁRIO

- 5 Introdução**
- 9 1. Estrutura do manual**
- 10 2. Aplicação da metodologia para diagnóstico, classificação e elaboração de cenários para a orla marítima**
- 13 Etapa 1. Apresentação da dinâmica da capacitação e dos fundamentos do Projeto Orla**
 - Atividade 1.1 Apresentação das atividades a serem desenvolvidas
 - Atividade 1.2 Aula expositiva sobre os fundamentos para gestão da orla
- 13 Etapa 2. Caracterização preliminar (regional, municipal e da área de interesse)**
 - Atividade 2.1 Apresentação dos temas
- 14 Etapa 3. Caracterização da área de estudo**
 - Atividade 3.1 Apresentação de critérios para avaliação da paisagem
 - Atividade 3.2 Organização de dados locais
 - Atividade 3.3 Identificação de elementos da paisagem local
 - Atividade 3.4 Demarcação de trechos com homogeneidade paisagística
- 19 Etapa 4. Classificação preliminar de trechos da orla municipal**
 - Atividade 4.1 Definição de classes dos trechos demarcados
 - Atividade 4.2 Construção de quadro síntese preliminar de conflitos e potenciais da orla
- 24 Etapa 5. Delimitação da orla municipal**
 - Atividade 5.1 Apresentação de critérios para delimitação
 - Atividade 5.2 Definição da faixa de orla
- 26 Etapa 6. Diagnóstico de campo**
 - Atividade 6.1 Observação e identificação dos elementos conceituais estudados
 - Atividade 6.2 Construção de perfis da orla
- 30 Etapa 7. Revisão da classificação da orla**
 - Atividade 7.1 Preenchimento de fichas para diagnóstico
 - Atividade 7.2. Construção de quadro síntese de cada trecho da orla
- 35 Etapa 8. Formulação de cenários para a orla**
 - Atividade 8.1 Parâmetros de qualidade ambiental
 - Atividade 8.2 Avaliação dos parâmetros do(s) trecho(s) de interesse da orla – situação: atual, tendência e desejada
 - Atividade 8.3 Apresentação e discussão de resultados
- 44 Etapa 9. Contextualização de parâmetros locais**
 - Atividade 9.1 Redação de texto sobre caracterização dos parâmetros
 - Atividade 9.2 Visualização dos cenários
- 47 3. Planejamento das ações**
- 48 Roteiro de elaboração de plano de intervenção na orla**

- 71 ANEXO I CONJUNTO DE ELEMENTOS GRÁFICOS**
- 81 ANEXO II DETALHAMENTO DOS PARÂMETROS DE QUALIDADE AMBIENTAL**

Introdução

Este manual é um guia das atividades práticas presenciais necessárias à realização do **diagnóstico, classificação e formulação de cenários**, assim como do **Plano de intervenção** na orla marítima.

As referências para a execução das atividades aqui propostas estão reunidas no documento **Fundamentos para Gestão Integrada**, formando um conjunto de instrumentos de apoio aos gestores locais para aplicação do Projeto Orla, cuja metodologia está dividida em cinco fases de implementação:

1a. INSTRUMENTALIZAÇÃO

A primeira está voltada para **organização e integração dos materiais e dados disponíveis sobre o(s) município(s)**, que darão suporte às práticas metodológicas a serem desenvolvidas localmente. Parte-se do princípio de que existem, especialmente no âmbito dos Órgãos Estaduais de Meio Ambiente – OEMAs, Gerências Regionais do Patrimônio da União-GRPUs e nos próprios municípios, uma base de conhecimentos acumulados sobre a zona costeira e a própria orla, suficiente para apoiar decisões de gestão nesses espaços. Porém, entende-se que, para sua efetiva aplicação, é necessário um esforço de articulação e cooperação institucional.

Nessa primeira etapa é o momento de **aprofundar os conceitos e fundamentos do Projeto Orla**, uniformizando, no âmbito do grupo a ser capacitado, as definições e informações levantadas. Trata-se, portanto, de um estágio preparatório para as etapas subsequentes, que pode ser realizado de forma individual ou em grupo.

2a. APLICAÇÃO PRÁTICA

A segunda é de aplicação prática da metodologia. Nela são apresentadas as orientações para a **elaboração do diagnóstico, classificação e definição de cenários de uso e ocupação da orla** do município como um todo, ou dos trechos onde se pretende implementar ações integradas de gestão. Este momento constitui a *primeira etapa de capacitação* de gestores, sendo desenvolvido em uma oficina no próprio município, com a orientação de instrutores.

3a. CONSOLIDAÇÃO

A terceira é de consolidação das informações apreendidas na primeira etapa de capacitação, onde o grupo técnico preparado dará especial atenção ao cenário atual, à tendência observada e à situação desejada para a Orla. Tais atividades terão a orientação prévia dos instrutores, porém deverão ser realizadas localmente, e seus produtos serão subsídios importantes para o próximo momento.

4a

PLANEJAMENTO DAS AÇÕES LOCAIS

A quarta é de planejamento das ações locais, quando é apresentado um **roteiro para elaboração do Plano de intervenção**. Nesse momento, todas as ações necessárias à implementação de estratégias de ordenamento de uso e ocupação da orla são discutidas e detalhadas, sob a mediação dos instrutores, tendo como base o reconhecimento dos conflitos, os problemas deles decorrentes, a identificação dos atores envolvidos e as ações necessárias para seu equacionamento, além da previsão da sistemática de monitoramento. Envolve, ainda, o desenvolvimento de estratégias de sensibilização e consulta à comunidade local.

5a

IMPLEMENTAÇÃO

A quinta é de implementação das ações que foram planejadas na fase anterior, todo o trabalho será feito por uma coordenação local, assumida preferencialmente pela Prefeitura Municipal, apoiada por um Comitê Gestor (colegiado municipal), fórum similar ou grupo de trabalho, existente ou a ser criado (de características eminentemente técnico-operativas).

O Projeto Orla propicia, assim, a apreensão de uma proposta metodológica pelos gestores locais, auxiliando-os na elaboração de suas atividades de planejamento e gestão em um prazo reduzido, diminuindo o tempo necessário à tomada de decisões e execução das ações planejadas.

É objetivo, portanto, alcançar resultados sem necessariamente recorrer aos procedimentos convencionais de avaliação/diagnóstico, que, via de regra, são onerosos, longos e excessivamente detalhados, fazendo com que seus conteúdos se tornem obsoletos no decorrer do processo.



Fique atento

Em *Fundamentos para Gestão Integrada*,

Conceitos do Projeto Orla

Orientação para levantamento de materiais e dados locais

CAPÍTULO 7 (DIAGNÓSTICOS COMPLEMENTARES)

Neste manual,

Metodologia para diagnóstico, classificação e elaboração de cenários de uso e ocupação da orla

Roteiro para elaboração do Plano de Intervenção



Fortaleça sua participação!

A implementação do Projeto Orla envolve um conjunto de atividades, responsabilidades e produtos, cujo conhecimento é importante desde o momento de adesão do município ao Projeto.

FASE 1a.
Instrumentalização

Etapa	Atividades	Responsáveis/ Participantes	Produtos
1. Geração de insumos e mobilização	<ul style="list-style-type: none"> • Criar base técnica e operacional; • Disponibilizar dados do acervo da SPU; • Mobilizar OEMAs, GRPUs e municípios. 	Ministério do Meio Ambiente (MMA); Secretaria de Patrimônio da União (SPU)	<ul style="list-style-type: none"> • Documentos orientadores (manuais e roteiros para aplicação metodológica)
2. Articulação e apoio estadual	<ul style="list-style-type: none"> • Criar comissões estaduais do Projeto Orla; • Estimular a participação dos municípios; • Selecionar e avaliar tecnicamente as condições do município para inserção no Projeto; • Disponibilizar informações e dados para municípios envolvidos, a partir da análise dos dados apresentados no processo de seleção; • Apoiar e participar da capacitação dos gestores municipais; • Disponibilizar informações para os instrutores. 	OEMA; GRPU; Comissão Estadual do Projeto Orla, MMA, SPU	<ul style="list-style-type: none"> • Comissão Estadual do Projeto Orla formalizada; • Relação de municípios participantes; • Cronograma de capacitação; • Pré-diagnóstico dos municípios participantes (OEMA, GRPU, GERCO) • Relação de informações disponibilizadas no âmbito do Estado e Municípios.
3. Articulação municipal (por município participante)	<ul style="list-style-type: none"> • Reunião local para apresentação do Projeto; • Preenchimento de Ficha de Adesão; • Definição de agenda de ação local. 	Comissão Estadual do Projeto Orla; agentes locais (Executivo e Legislativo municipais e sociedade civil organizada)	<ul style="list-style-type: none"> • Ficha de adesão; • Agenda de ação local.
4. Instrumentalização municipal	<ul style="list-style-type: none"> • Destacar coordenador local; • Selecionar o público-alvo da(s) oficina(s) de capacitação; • Receber documentos orientadores e complementação de informações locais; • Disponibilizar material (manual e roteiros para aplicação metodológica) e orientar participantes para curso de capacitação. 	OEMA; GRPU; Comissão Estadual do Projeto Orla; coordenação local.	<ul style="list-style-type: none"> • Lista de participantes para capacitação; • Material disponibilizado; • Estudo de conteúdos conceituais (preparatório para atividade presencial local).

Etapa	Atividades	Responsáveis/ Participantes	Produtos
5. Preparação da atividade local	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecer: dinâmica, duração e logística da atividade • Definir local para oficina; • Disponibilizar equipamentos; • Formalizar convites aos participantes. • Preparar material (informações locais) para serem utilizados na oficina de capacitação. 	Coordenador e suporte administrativo local.	<ul style="list-style-type: none"> • Convites; correspondências • Programa do curso; • Material (dados locais); • Relação de participantes.
6. Atividade Presencial I	<ul style="list-style-type: none"> • Oficina de capacitação; • Diagnóstico, classificação da orla, definição de cenários como subsídio para elaboração do plano de intervenção. • Apresentação do roteiro do plano de intervenção 	Equipe de Gestores Locais; representantes: OEMA, GRPU; IBAMA; Capitania do Portos, Sociedade Civil Organizada, ONGs, instrutores e consultores.	<ul style="list-style-type: none"> • Apreensão de conceitos; • Documento de diagnóstico; • Agenda para Etapa II.
7. Consolidação do diagnóstico	<ul style="list-style-type: none"> • Reuniões de trabalho; • Preparação de documento com subsídios para o Plano de Intervenção local. 	Equipe de Gestores Locais; Representantes: OEMA, GRPU; IBAMA; Capitania do Portos, Sociedade Civil Organizada, ONGs.	<ul style="list-style-type: none"> • Documento com delineação inicial do Plano de Intervenção
8. Atividade Presencial - II	<ul style="list-style-type: none"> • Preparação da atividade local (mesmas atividades da Etapa 5). • Apresentação da proposta inicial para Plano de Intervenção local; • Aplicação do roteiro para desenvolvimento do Plano de Intervenção local. 	Equipe de gestores locais; representantes: OEMA, GRPU; IBAMA; Capitania do Portos, Sociedade Civil Organizada, ONGs, Instrutores e Consultores.	<ul style="list-style-type: none"> • Plano de Intervenção preliminar; • Definição do Comitê Gestor; • Agenda de implementação do Plano de Intervenção.
9. Execução da agenda de implementação do Plano de Intervenção	<ul style="list-style-type: none"> • Definição do Comitê Gestor da Orla • Identificação das demandas a curto, médio e longo prazo para implementação de ações definidas no Plano; • Definição da estratégia de validação/legitimação do Plano. 	Equipe de Gestores Locais; representantes: OEMA, GRPU; IBAMA; Capitania do Portos, Sociedade Civil Organizada, ONGs.	<ul style="list-style-type: none"> • Ações previstas no Plano

2a.

Aplicação prática da metodologia

3a.

Consolidação

4a.

Planejamento das ações

5a.

Implementação das ações

Obs: Neste manual estão apresentados os elementos metodológicos de apoio às atividades das etapas 6 a 8.

1. Estrutura do Manual

Este manual possui uma estrutura que permite aos gestores executar, de forma didática e organizada, as atividades práticas a serem realizadas localmente nas duas etapas de capacitação, Fases II e IV, do Projeto Orla.

A **Fase II**, constitui, portanto, a primeira parte deste manual, tratando da **aplicação prática da metodologia**, com ênfase na caracterização da paisagem, nos aspectos socioeconômicos e ambientais, na avaliação dos conflitos de uso e ocupação territorial, na caracterização de potenciais de ação e na definição de cenários desejados para trecho(s) da orla municipal.

Como resultado da Fase II, espera-se que as equipes municipais estejam habilitadas à preparar o primeiro esboço do Plano de Intervenção que será elaborado na fase de **planejamento das ações (Fase IV)**, cujo roteiro compõe a segunda parte deste manual.



Aracaju/SE



Bertioga/SP



litoral sul do Rio Grande do Norte



Fortaleça sua participação!

Como primeira ação recomenda-se a leitura e o estudo atento do documento *Fundamentos para Gestão Integrada*, que acompanha este material.

Procure ler com cuidado todos os conceitos apresentados, anotando suas dúvidas e sínteses sobre os principais pontos abordados.

Se possível, contate outros participantes da oficina de capacitação metodológica para trocar idéias.

Esta atitude vai auxiliá-lo durante a atividade presencial, potencializando o resultado do PROJETO ORLA em seu município!

2. Aplicação da metodologia para diagnóstico, classificação e formulação de cenários para a orla marítima

O diagnóstico proposto pelo Projeto Orla tem o objetivo de construir um quadro detalhado dos recursos existentes e passíveis de serem explorados no segmento costeiro, em especial na orla do(s) município(s) em que as ações do Projeto serão desenvolvidas.

O foco do diagnóstico é a orla municipal.

O diagnóstico consiste, basicamente, em uma interpretação da situação ambiental e socioeconômica da orla marítima e suas inter-relações, destacando as tendências e potenciais de uso e ocupação.

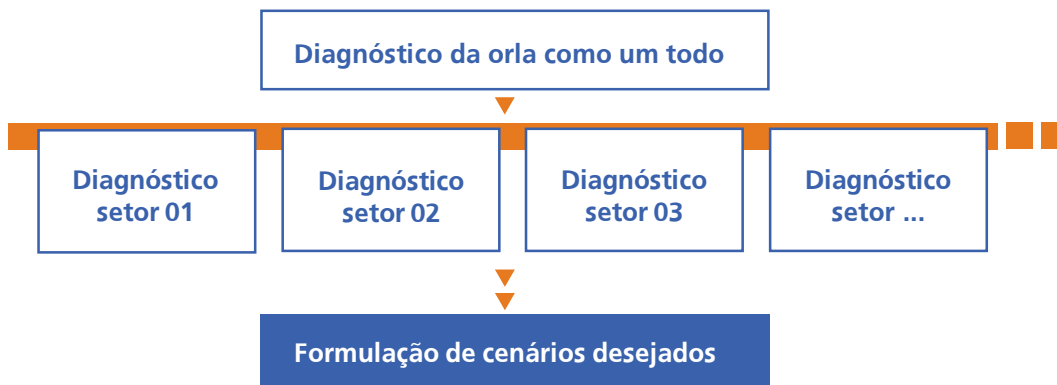
Por que um diagnóstico local?

Cada trecho da costa brasileira, em especial da orla marítima, tem características ambientais, paisagísticas e socioeconômicas específicas e particulares.

Assim, é muito importante aprofundarmos o conhecimento da situação de cada um desses ambientes para que as ações do Projeto Orla possam desenvolver-se com mais qualidade.

O diagnóstico dará foco a duas escalas de avaliação: da **orla como um todo** e de **setores específicos** que serão os objetos de ação do Projeto.

Ao final da atividade voltada ao diagnóstico, será feita uma síntese geral para formulação de cenários desejados para a área estudada.



O que será trabalhado no diagnóstico?

CARACTERÍSTICAS PAISAGÍSTICAS

que permitem detectar claramente a configuração da orla, suas formas de ocupação e atributos cenográficos e de suporte físico.

Assim, serão observadas as formas gerais da linha da costa e os tipos de orla, de modo a contextualizar as áreas de ação, verificando-se os tipos e características da urbanização e as formas de cobertura, estabelecendo-se os graus de importância dos elementos paisagísticos e ambientais existentes, como manguezais, matas, diferentes tipos de urbanização, etc;

CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS

que demonstram as formas de uso e produção existentes, as novas demandas por produtos e serviços, as possibilidades de investimentos futuros e os em andamento, tanto do setor público como do privado.

CONFLITOS

derivados das questões ambientais e sociais, presentes e futuras, mais relevantes, por exemplo, lançamento de esgotos, disposição de resíduos sólidos, poluição sonora, atmosférica e visual, erosão/sedimentação, desmatamento, irregularidades fundiárias, pesca predatória, destruição de recifes de corais, rotas de embarcações, ocupações urbanísticas irregulares, invasões.

No quadro a seguir estão apresentadas as etapas, atividades, a dinâmica a ser empregada nos trabalhos e respectivos produtos a serem obtidos na **Fase II – aplicação prática da metodologia**.

Etapas	Atividades/ Dinâmica	Responsável/ Participante	Produtos
1. Apresentação da dinâmica da capacitação e dos fundamentos do Projeto Orla	1.1 Apresentação das atividades a serem desenvolvidas; 1.2 Aula expositiva sobre os Fundamentos para gestão da orla;	Instrutores (MMA)	• Apreensão dos fundamentos do Projeto.
2. Caracterização preliminar (regional, municipal e da área de interesse) Apresentação das questões locais no âmbito do patrimônio da União e de setores de destaque no contexto municipal (Ex. atividades turísticas, portuárias, petrolíferas e pesqueiras)	2.1 Apresentações com recursos audiovisuais dos temas pertinentes	OEMA; Prefeitura Municipal; GRPU; Representantes dos setores de destaque.	• Reconhecimento da realidade local (integração de conhecimentos institucionais local/ regional)

Etapas	Atividades/ Dinâmica	Responsável/ Participante	Produtos
3. Caracterização da área de estudo	3.1 Apresentação de critérios para avaliação da paisagem. (Aula expositiva) 3.2 Organização de dados locais 3.3 Preenchimento das fichas 3.4 Identificação de elementos da paisagem local 3.5 Demarcação de trechos com homogeneidade paisagística (Atividade em grupo)	Instrutor e participantes	<ul style="list-style-type: none"> • Apreensão dos fundamentos de avaliação paisagística • Primeira aproximação gráfica dos conceitos paisagísticos no contexto local; • Ficha 01 • Mapa com definição dos trechos da orla
4. Classificação preliminar de trechos da orla municipal	4.1 Definição de classes dos trechos demarcados (Atividade em grupo) 4.2 Construção de quadro síntese preliminar de Conflitos e Potenciais da Orla (Atividade em grupo)	Instrutor e participantes	<ul style="list-style-type: none"> • Mapa com classificação preliminar da orla • Quadro síntese
5. Delimitação da orla municipal	5.1 Apresentação de critérios para delimitação (aula expositiva) 5.2 Delimitação da faixa da orla (trabalho de grupo)	Instrutor e participantes	<ul style="list-style-type: none"> • Apreensão dos fundamentos de delimitação • Mapa com a área demarcada.
6. Diagnóstico de campo	6.1 Observação e identificação dos elementos conceituais estudados (meio terrestre e marinho); 6.2 Construção de perfis da orla (trabalho de campo)	Instrutor e participantes	<ul style="list-style-type: none"> • Perfis dos trechos de interesse
7. Revisão da classificação da orla	7.1 Preenchimento de fichas para diagnóstico; 7.2 Construção de quadro síntese do(s) trecho(s) (trabalho de grupo e apresentação em plenária)	Instrutor e participantes	<ul style="list-style-type: none"> • Fichas 2, 3, 4 • Perfis identificados • Quadro síntese
8. Formulação de cenários para a orla	8.1 Apresentação dos parâmetros de Qualidade Ambiental (Aula expositiva) 8.2 Avaliação dos parâmetros do(s) trecho(s) de interesse da orla – situação: atual, tendência e desejada (trabalho de grupo) 8.3 Apresentação e discussão de resultados (em plenária)	Instrutor e participantes	<ul style="list-style-type: none"> • Revisão da classificação do trecho da orla selecionado • Fichas de qualidade ambiental do trecho; • Resumo de consenso.
9. Contextualização de parâmetros locais	9.1 Redação de textos sobre caracterização dos parâmetros (trabalho em grupo e apresentação em plenária) 9.2 Visualização dos cenários (exposição do instrutor)	Instrutor e participantes	<ul style="list-style-type: none"> • Texto de apoio para consolidação dos cenários • Resumo de consenso • Representação gráfica dos cenários.

etapa

1.

Apresentação da dinâmica da capacitação e dos fundamentos do Projeto Orla

Atividade 1.1

Apresentação das atividades a serem desenvolvidas

Neste momento serão apresentados, pelos coordenadores do evento, o conjunto e a dinâmica das atividades a serem desenvolvidas no âmbito da capacitação dos gestores locais.

Atividade 1.2

Aula expositiva sobre os fundamentos para gestão da orla

Nesta exposição o(s) instrutor(es) estarão apresentando as bases conceituais do Projeto, destacando as peculiaridades dos espaços litorâneos, os critérios de definição e delimitação da Zona Costeira e sua interfaces com a Orla Marítima e o regime patrimonial nos espaços litorâneos, conteúdos já discutidos no documento *Fundamentos para Gestão Integrada*.

etapa

2.

Caracterização preliminar (regional, municipal e da área de interesse)

O objetivo desta etapa é oferecer aos participantes um panorama que promova o nivelamento das informações e conhecimentos sobre a Zona Costeira do Município onde está inserida a área de estudo.

Atividade 2.1

Apresentação dos temas

Apresentações, por representantes de instituições locais (OEMAS, universidades, GRPU, empresas), das questões relativas ao Gerenciamento Costeiro Estadual, ao Patrimônio da União e a setores de destaque no contexto municipal/regional (Ex. atividades turísticas, portuárias, petrolíferas, pesqueiras, maricultura, etc).

Caracterização da área de estudo

Atividade 3.1

Apresentação de critérios para avaliação da paisagem

Aula expositiva conduzida pelo(s) instrutor(es), com apresentação dos conceitos e fundamentos paisagísticos a serem utilizados nas próximas etapas da capacitação.

Atividade 3.2

Organização de dados locais

Primeira atividade prática desenvolvida em grupo, ainda em gabinete, onde será reunido/organizado todo o material e informações disponibilizados sobre a região, que envolvam o conhecimento de suas características ambientais, socioeconômicas e institucionais.

Em seguida deverá ser feita a triagem deste material, para que o mesmo seja analisado pelos participantes, extraindo-se as informações essenciais para a construção do perfil atualizado da área.

Atividade 3.3

Identificação de elementos da paisagem local

Orientados pelos instrutores, os participantes farão uma primeira aproximação gráfica dos conceitos para diagnóstico paisagístico sobre mapas ou outras bases cartográficas disponíveis, com escala compatível (preferencialmente 1:25.000 ou 1:10.000 e, excepcionalmente, 1:50.000). Deverá ser dado destaque para:

- Unidades de paisagem;
- Tipos de orla;
- Estruturas de cobertura.



Fique atento

Todos esses conceitos e elementos estão apresentados na tabela *Tipologias da Orla*, no Capítulo 5 (Tipos genéricos de Orla Marítima) em *Fundamentos para Gestão Integrada*.

Assim, o produto desta atividade será composto por um mapa onde as unidades da paisagem estarão destacadas e pela *Ficha 1 – Características gerais da orla*, onde serão inseridas informações básicas sobre os tipos de orla e os seus principais elementos paisagísticos, instrumentos institucionais-normativos (políticas e projetos) e arranjos institucionais existentes no município.

MUNICÍPIO _____ ESTADO _____

EXTENSÃO DA ORLA _____ km ÁREA MUNICIPAL _____ km²

PAISAGEM

TIPO GENÉRICO DE ORLA

- ORLA DE URBANIZAÇÃO CONSOLIDADA
- ORLA EM PROCESSO DE URBANIZAÇÃO
- ORLA NÃO URBANIZADA

- EXPOSTA
- ABRIGADA
- SEMI-ABRIGADA

- INTERESSE ESPECIAL

FORMA GERAL DA LINHA COSTEIRA

- LINEAR
- ARCO
 - BAÍA
 - ENSEADA

ATRIBUTOS NATURAIS

- MANGUEZAL
- COSTÃO
- PRAIA
- LAGOA
- DUNA
- ESTUÁRIO
- OUTROS _____

ELEMENTOS LATERAIS (todos dispostos paralelos à faixa de orla)

Elementos/ forma	Matriz	Corredor	Fragmentos
MATA	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
AGRICULTURA	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
REFLORESTAMENTO	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
URBANIZAÇÃO	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
CAMPOS	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
ILHAS	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
RECIFES DE CORAL	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
RECIFES DE PARCÉIS	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Observações: _____

Atividade 3.4

Demarcação de trechos com homogeneidade paisagística

Com base no produto da atividade anterior (mapa contendo as unidades de paisagem), a orla será subdividida, de modo a facilitar sua classificação e o delineamento das futuras ações de gestão de cada trecho.



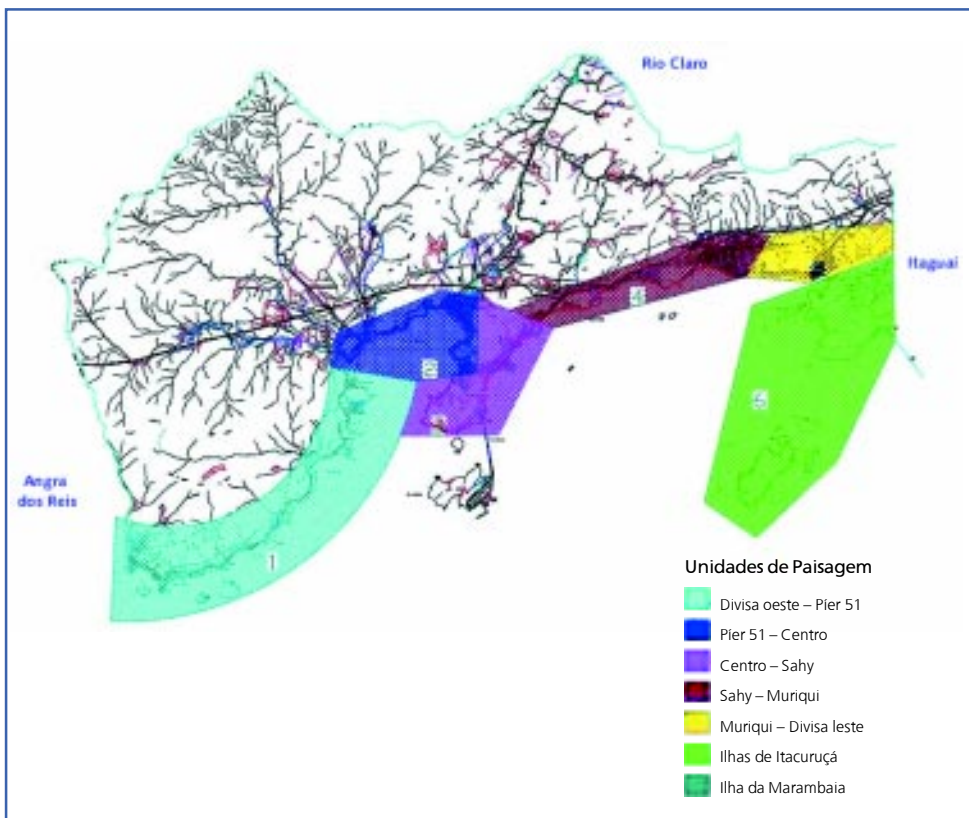
Fique atento

A homogeneidade identificada na individualização de cada trecho, pode advir das características mais variadas.

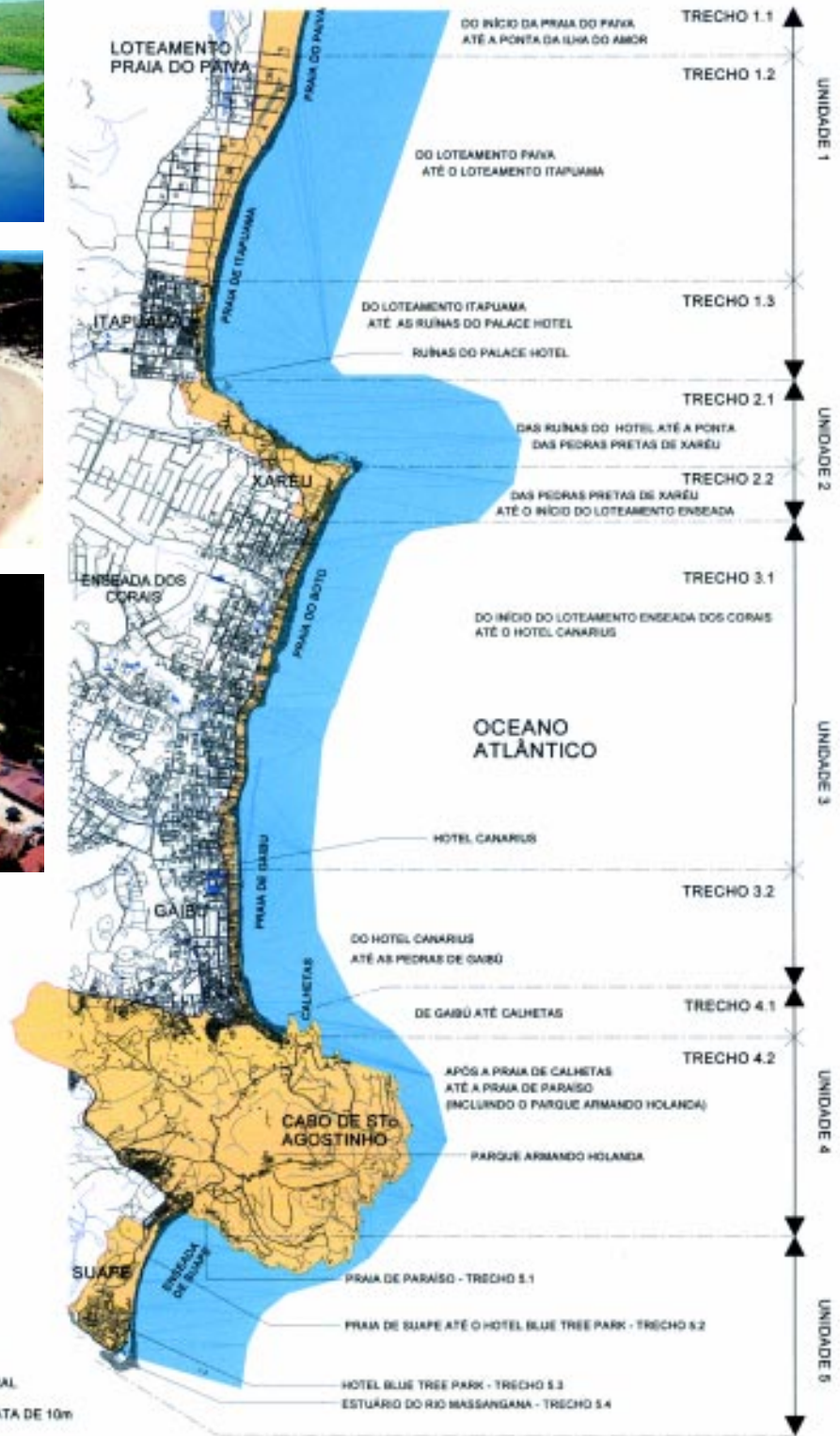
Em certo segmento, a unidade do conjunto pode, por exemplo, ser resultante de um padrão urbanístico ou do nível de adensamento da ocupação local. Noutro segmento, o meio natural pode ser o elemento de homogeneização, como por exemplo, um acidente topográfico (um costão, ou uma colina), ou um tipo de vegetação (manguezal, pântano salgado, etc).

EXEMPLOS DE APLICAÇÃO

Mapa com a segmentação da orla de Mangaratiba/ RJ.



Cabo de Santo Agostinho/ PE



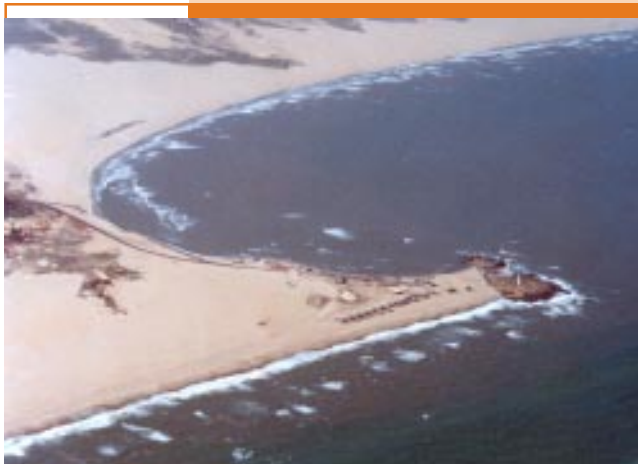
Bombinhas/ SC, trabalho feito sobre foto aérea.



Classificação preliminar de trechos da orla municipal

Reunindo os produtos anteriores, e valendo-se da base conceitual sobre as tipologias da orla (suporte físico e forma de ocupação), além do conhecimento de cada participante sobre as formas de uso, problemas e potenciais de cada trecho, será feito um primeiro enquadramento de acordo com as classes genéricas **A**, **B** ou **C**.

Para levar em conta!



Pedra do Sal,
Piauí

Para fazer a classificação, parte-se do princípio que a orla, como outras localidades do território brasileiro, está em constante processo de transformação, que deve ser compreendida e avaliada de modo a se estabelecerem as diretrizes de ação desejadas.

Entende-se que os mecanismos gerais de transformação já são amplamente conhecidos e seus resultados previsíveis, convertendo-se em configurações e padrões paisagísticos.

Agricultura, áreas de pesca, áreas industriais e portuárias, balneários e áreas conservadas, ou não, se alternam por todos os pontos, convivendo e/ou provocando impactos ambientais diversos, bem como requalificando e adequando espaços para as atividades sociais.

Atividade 4.1

Definição de classes dos trechos demarcados

Os exemplos a seguir mostram as duas principais formas de configurações de unidades de paisagem possíveis, aquela definida claramente por estruturas do suporte físico, como falésias, morros, etc e/ou aquela cuja configuração é estabelecida pelas características de cobertura, tanto de vegetação (nativa ou não), quanto de urbanização.

EXEMPLO DE APLICAÇÃO

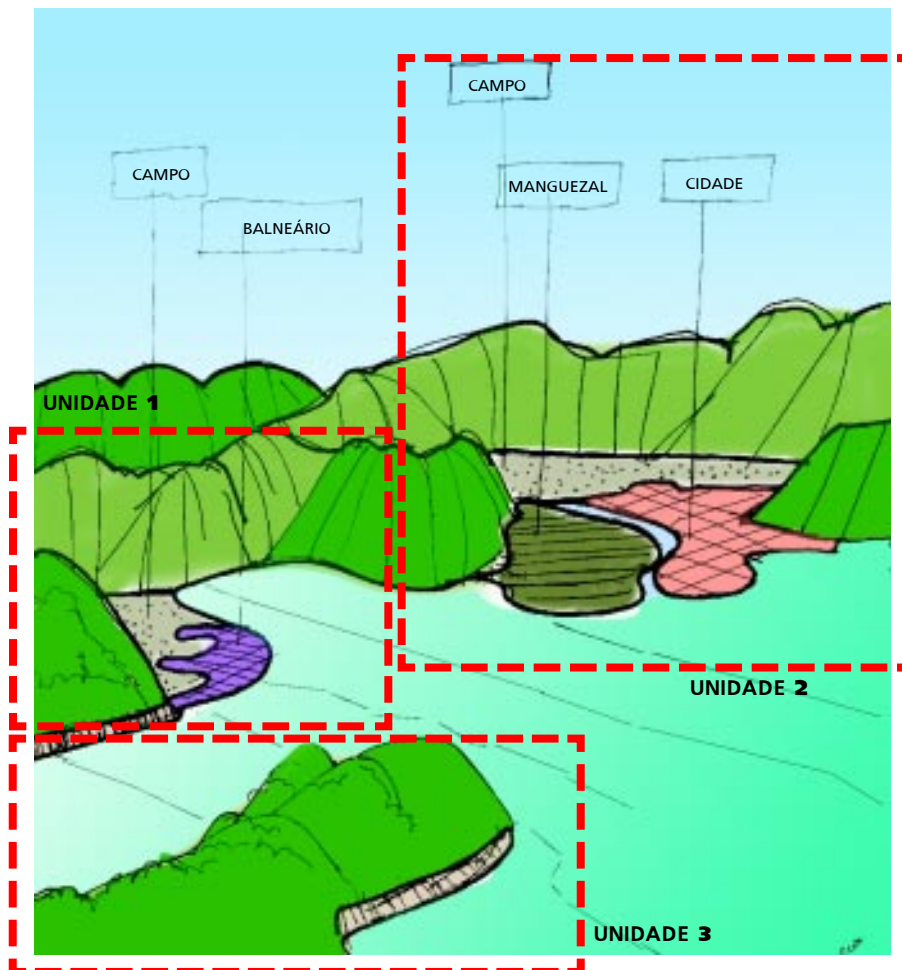
O primeiro exemplo, em Santa Catarina, mostra três unidades definidas por conjuntos de morros em arco, formando enseadas.

Cada uma pode ser enquadrada em uma classe, sendo que a unidade 1 pode ser classificada como **B**, dada sua pouca ocupação, grande presença de cobertura vegetal nativa e um núcleo urbano de algum porte, que pouco interfere na dinâmica ambiental original.

A unidade 2 pode ser dividida em dois setores distintos, onde o manguezal é classificado como **B**, dado sua interface com uma área totalmente urbanizada, e a cidade enquadrada na classe **C**.

A unidade 3, totalmente ocupada por matas nativas, com algumas porções em processo de recomposição, é classificada como **A**.

A cidade e o manguezal constituem-se claramente em matrizes, enquanto o balneário na unidade 1 é um fragmento.



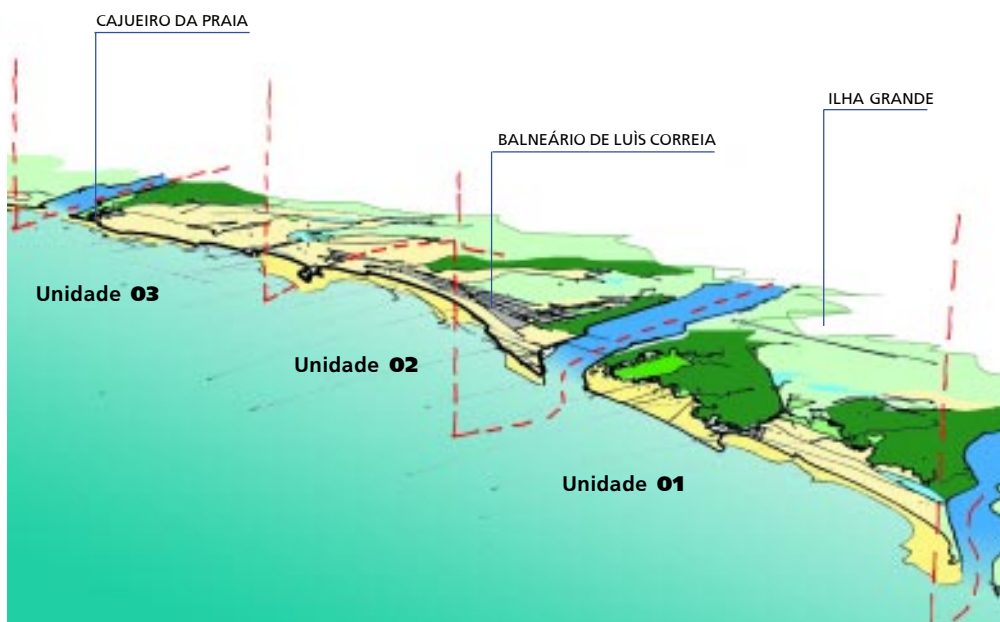
EXEMPLO DE APLICAÇÃO

O segundo exemplo, compreende todo litoral do Piauí, entre os municípios de Ilha Grande e Cajueiro da Praia, e mostra uma outra realidade. Nesse caso, a definição das unidades de paisagem foi feita pelo tipo de cobertura existente, o que permitiu a definição de 3 unidades.

A primeira, abrangendo a porção costeira dos municípios de Ilha Grande e Parnaíba, é caracterizada por trecho de orla linear, composto de praias extensas, limitadas por matas de restinga, manguezais e lagoas com ocupação pontual (o vilarejo turístico de Pedra do Sal). Aqui a orla pode ser classificada como **A**.

A segunda é definida por um trecho plano do município de Luís Correia, ocupado linearmente por uma mancha de urbanização homogênea (isto é, um corredor), constituída praticamente por um balneário, que se rarefaz lentamente na região de dunas do município, constituindo uma orla classe **B**.

Por fim, a terceira unidade é composta por uma área extensa de dunas e praias lineares, entremeadas de lagoas e recortadas por pequenos cursos d'água, sendo ocupada pontualmente por vilarejos (fragmentos), e, na sua extremidade, pela sede do município de Cajueiro da Praia. Todo esse último conjunto pode ser classificado como **A**.



Divisa dos Estados Ceará e Piauí



Luís Correia/ PI



Cajueiro da Praia/ PI

Para realizar esta atividade, os grupos deverão discutir e apontar no mapa produzido **na atividade anterior** em qual classe cada um dos trechos se enquadra.

Fique atento

Em *Fundamentos para Gestão Integrada*,

estão detalhados os critérios para enquadramento em cada classe genérica.

CAPÍTULO 8 (CLASSIFICAÇÃO DA ORLA)



Costa do Sauípe/BA



Guarujá/SP



Luís Correia/PI

Concluindo, os grupos deverão fazer uma exposição em plenária justificando tecnicamente o enquadramento proposto para cada trecho trabalhado, sendo possível o aporte de novas interpretações quanto à classificação dos mesmos, além da definição “consensual” sobre o enquadramento da orla como um todo.

Atividade 4.2

Construção de quadro síntese preliminar de problemas e potenciais da orla

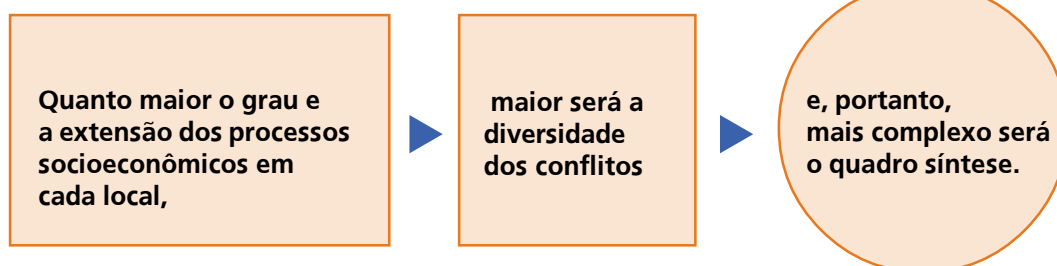
Tendo em mãos o mapa contendo os trechos da orla definidos e as respectivas classes em que se enquadram será construído, com a mediação do(s) instrutor(es), um quadro síntese com os principais problemas e potenciais existentes na orla como um todo. Trata-se de um apontamento dos problemas relacionados a fatos sociais e urbanísticos, onde a dinâmica ambiental pode estar associada a investimentos futuros, públicos e privados, e assim por diante.

EXEMPLO DE APLICAÇÃO

O quadro a seguir, organizado para um trecho do litoral do Estado do Piauí (município de Ilha Grande), exemplifica os resultados que podem ser obtidos com a sua construção.

Configuração local e usos	Problemas	Potenciais
<ul style="list-style-type: none">• Áreas de interesse ecológico e ambiental na porção estuarina• Praias sem ocupação urbana• Dunas móveis• Dunas fixas• Lagoas e faixa de mata de restinga entre a praia e o interior• Urbanização com fins turísticos, concentrada em um ponto• Acesso facilitado por estrada asfaltada• Pólo turístico local	<ul style="list-style-type: none">• Grandes áreas de propriedade privada. Pouco domínio público do espaço da Ilha.• APA – área de proteção ambiental não regulamentada• Desmatamento pontual• Fluxo turístico concentrado em um período curto do ano• Ausência de rede coletora de esgoto• Disposição inadequada de resíduos sólidos• Ausência de normas urbanísticas locais, código de obras, plano diretor• Dificuldade de ocupação do solo devido ao lençol freático superficial• Interesse imobiliário-turístico latente	<ul style="list-style-type: none">• Incremento da pesca e carcinicultura• Instalação de estruturas turístico-ecológicas• Instalação de parques e áreas de conservação públicas• Crescimento e consolidação como pólo turístico de caráter não-sazonal

Fique atento



Delimitação da orla municipal



Após a execução do diagnóstico geral, estabelecida a classificação de cada trecho e da orla como um todo, incluindo a determinação de suas tipologias e os potenciais e restrições de uso, é possível ao grupo definir o espaço exato das futuras ações de intervenção, ou seja, quais os limites da orla.

O desenho mostra de um modo simplificado a faixa de orla

Atividade 5.1

Apresentação de critérios para delimitação

Aula expositiva conduzida pelo(s) instrutor(es) com apresentação dos critérios para delimitação da orla (Capítulo 4, do *Fundamentos para Gestão Integrada*).

Atividade 5.2

Definição da faixa de orla

Esta atividade será desenvolvida sobre mapas, aerofotos, cartas náuticas e outros materiais cartográficos, com escala que permita a observação de arruamento, a configuração do casario, incluindo a leitura das diferentes formas de coberturas vegetal. A escala de trabalho mais indicada é de 1:2000 ou 1:1000.

O produto a ser obtido é um mapa com a definição clara da largura e a extensão da orla, incluindo a faixa marinha. Logo, o grupo deverá observar os critérios propostos pela metodologia do Projeto, apresentados no Capítulo 4 do *Fundamentos para Gestão Integrada*, ficando a critério dos gestores a adoção plena dos mesmos ou o arbítrio de limites considerados mais adequados à realidade local.

Nesse processo o grupo contará com a orientação do(s) instrutor(es), para avaliar se os critérios adotados são tecnicamente compatíveis, de modo a permitir, no futuro, que as ações a serem implementadas dêem conta de abranger o universo de problemas levantados. É o momento, portanto, de avaliar se a abrangência territorial da proposta de delimitação assegura a inclusão das diferentes unidades e figuras patrimoniais, sem que incorra na superestimação da capacidade de gestão municipal.

Para levar em conta!

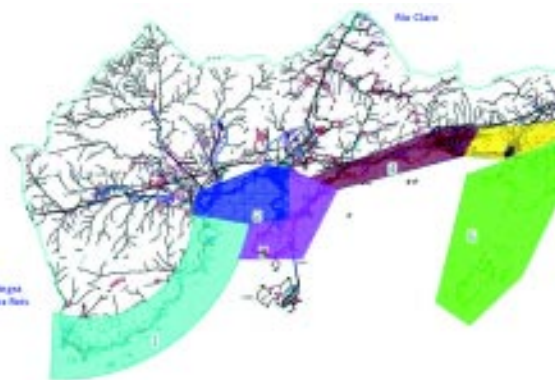
Esse trabalho deve resultar na definição, no terreno e em mapas, das seguintes áreas e limites:

- a) Terrenos de Marinha delimitados, quando possível;
- b) Acrescidos de Marinha, resultantes de aterros no espaço marítimo;
- c) Linha de Preamar Média (LPM), quando estiver demarcada;
- d) Áreas protegidas ou de alta restrição, delimitando os espaços das unidades de conservação existentes no município, limítrofes à faixa de beira-mar, e os espaços dotados de características protegidas por legislações específicas (dunas, manguezais, etc);
- e) Identificação dos sítios de interesse histórico e do patrimônio cultural;
- f) Áreas de interesse especial.

Reveja os conceitos apresentados em *Fundamentos para Gestão Integrada*, capítulo 4 (Definição e delimitação da orla marítima).

EXEMPLO DE APLICAÇÃO

Na delimitação dos diferentes trechos da orla marítima de Mangaratiba e de Cabo de Santo Agostinho os gestores adotaram tanto os critérios propostos pela metodologia do Projeto, quanto outros arbitrados segundo a percepção da realidade de cada trecho.



Mangaratiba/ RJ



Cabo de Santo Agostinho/ PE

Diagnóstico de campo

Objetiva constatar, em campo, se os conhecimentos agrupados nas atividades anteriores trouxeram elementos suficientes para caracterizar a orla marítima sob o ponto de vista da ocupação, das questões ambientais e socioeconômicas.

Aqui será adotado um processo de representação gráfica da orla, por meio da associação de figuras, obtidas de um conjunto de 98 ícones¹ (Anexo I), que servirão para construir, de modo genérico, a imagem de qualquer trecho da orla.

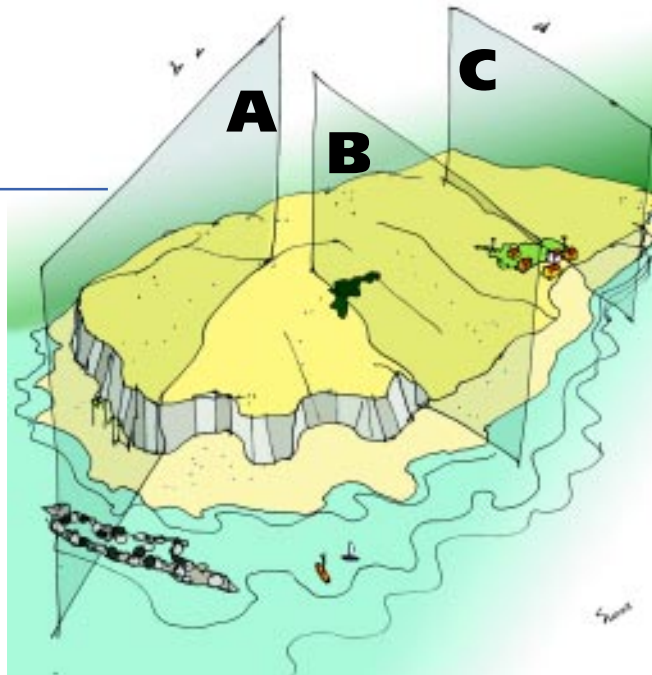
Figura paisagística, estrutura gráfica ou ícone

permite sintetizar, em um recorte gráfico, um trecho da orla com características morfológicamente homogêneas e ajuda no entendimento da paisagem costeira.



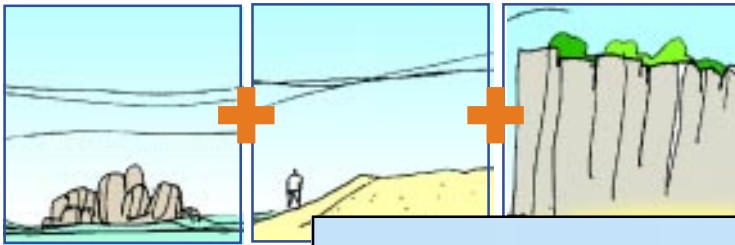
Recorte gráfico ou paisagístico

é um corte esquemático, resultante da articulação de figuras paisagísticas que, associados entre si, permitem sintetizar a estrutura morfológica da orla brasileira.



¹ Estas figuras foram obtidas através de um estudo pormenorizado de cinco trechos extensos e significativos da orla nacional – São Paulo, Rio de Janeiro, Paraíba, Rio Grande do Norte e Bahia.

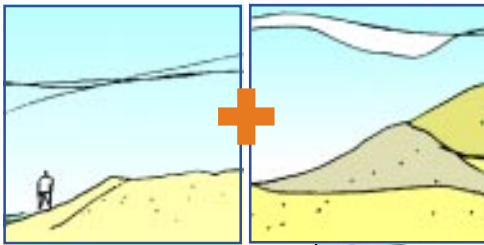
A



ou



B



ou



C



ou



Atividade 6.1

Observação e identificação dos elementos conceituais estudados

Uma vez em campo, o grupo será dividido em subgrupos que trabalharão em diferentes trechos da orla.

Para cada trecho deverão ser feitos quantos cortes forem necessários, de modo a recuperar sua configuração paisagística básica. Assim, cada segmento poderá ser representado por um ou muitos cortes. Uma vez confeccionados, os desenhos deverão ser reunidos em um conjunto único de pranchas, e identificados em um mapa geral do trecho, respeitando, quando possível, escalas de 1:10.000, 1:5.000 ou 1:2.000.

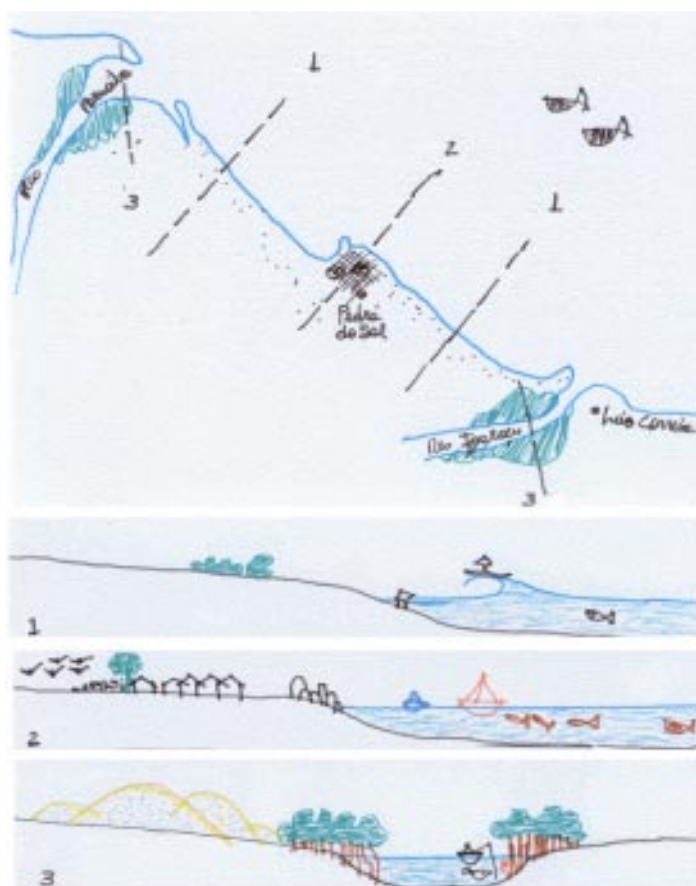
Cada corte deve ser montado sobre uma folha base, de dimensão padrão (A4 ou A3).

Atividade 6.2

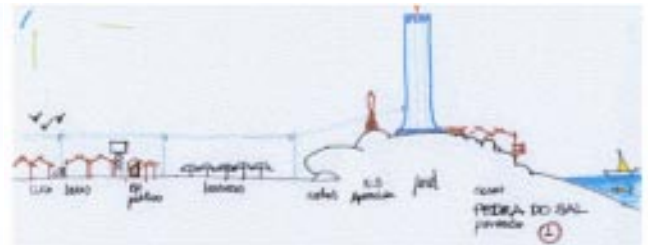
Construção de perfis da orla

Realizada a atividade em campo, é necessário que os grupos consolidem graficamente as observações efetuadas. Para tanto, dois procedimentos podem ser adotados:

Método ilustrativo – onde os perfis são construídos sem escala, utilizando-se de desenhos próprios, fotos ou a colagem dos ícones do Anexo 1.



Trecho compreendido entre as barras dos rios Parnaíba e Igarau (identificados pela equipe capacitada no município de Parnaíba).



Trecho compreendido entre as barras dos rios Parnaíba e Igarapé (identificados pela equipe capacitada no município de Ilha Grande).

Método realista – quanto se faz a opção por uma representação gráfica precisa, com os perfis desenhados sobre uma planta cadastral, apoiados por fotos (aéreas e locais) e informações de campo. Sugere-se, no caso, a escala 1:2.000.

Quando possível, é importante dar ao produto gerado nesta atividade tratamento gráfico digitalizado, considerando que o mesmo poderá ser objeto de ilustração do Plano de Intervenção a ser elaborado.

Revisão da classificação da orla

Como resultado da visita de campo, os grupos terão disponíveis novos elementos para empreender uma reavaliação, tanto do diagnóstico da orla, quanto da classificação proposta nas atividades preliminares realizadas em gabinete.

Atividade 7.1

Preenchimento de fichas para diagnóstico

Como primeira atividade desta Etapa, os participantes, reunidos em grupos, preencherão as fichas 2 e 3 referindo-se a cada trecho estudado, e a ficha 4, analisando a orla como um todo. A compilação dos dados das fichas será analisada e confrontada com o material levantado para o diagnóstico, incluindo as informações complementares já disponibilizadas pela Prefeitura e suas secretarias municipais, OEMA, GRPU, Capitania dos Portos, empresas, etc.

Todo material processado será fundamental para a redação do relatório final e para a tomada de decisões futuras.

Ficha 2 • CARACTERIZAÇÃO URBANÍSTICA DO TRECHO DA ORLA

contém informações urbanísticas básicas sobre as ocupações urbanas no município, na sede, nas vilas e nos balneários, áreas portuárias e industriais isoladas.

Ficha 3 • RECURSOS HÍDRICOS, SANEAMENTO E INFRAESTRUTURA

reúne informações básicas para caracterização destes temas.

Ficha 4 • SETORES DA ECONOMIA COM INFLUÊNCIA NA ORLA

reúne as informações sobre os principais agentes e ações econômicas incidentes na orla municipal e seu entorno. Caso seja necessário, o modelo fornecido pode ser ampliado, de modo a comportar todas as atividades.

FICHA 2 • CARACTERIZAÇÃO URBANÍSTICA DO TRECHO DA ORLA

TRECHO

- URBANIZAÇÃO FORMAL
 URBANIZAÇÃO INFORMAL

- PORTUÁRIO porto organizado (complexo) extensão: _____ km
 terminais isolados

- INDUSTRIAL distrito industrial
 siderurgia
 química
 petroquímica
 refinaria
 outros _____

- HISTÓRICO
 com características de ocupação rarefeita
 concentrada

O trecho está inserido na sede municipal? Sim Não

Se positivo, a sede ocupa toda orla? Sim Não

CARACTERÍSTICAS

BALNEÁRIO OU VERANEIO Sim Não extensão: _____ km

VILA DE PESCADOR Sim Não extensão: _____ km

CONDOMÍNIO OU LOTEAMENTO Sim Não extensão: _____ km

ÁREA DE USO ESPECIAL Sim Não extensão: _____ km

URBANIZAÇÃO CONSOLIDADA Sim Não extensão: _____ km

OBSERVAÇÕES

Existe unidade de conservação ou preservação no trecho ou nos seus entornos?

- APA MUNICIPAL PARQUE MUNICIPAL
 ESTADUAL ESTADUAL
 FEDERAL FEDERAL

RESERVA

OUTROS _____

FICHA 3 • RECURSOS HÍDRICOS, SANEAMENTO E INFRA-ESTRUTURA

TRECHO _____

VOLUME DOS MANANCIASIS suficiente deficiente

QUALIDADE DOS MANANCIASIS adequada inadequada

Problemas _____

USOS PREDOMINANTES DOS RECURSOS HÍDRICOS

urbano _____ %

rural _____ %

industriais _____ %

outros _____

REDE DE ESGOTO inexistente existente

nº de domicílios servidos _____ % do município servido _____

Problemas (se houver) _____

ENERGIA ELÉTRICA inexistente existente

nº de domicílios servidos _____ % do município servido _____

Problemas (se houver) _____

RESÍDUOS poluição industrial poluição portuária e de embarcações

destinação final _____

Problemas (se houver) _____

LIXO URBANO

coleta adequada

disposição adequada (aterro sanitário, compactação, etc)

coleta inadequada

disposição inadequada (céu aberto, terrenos baldios, rios, mar, etc)

Problemas (se houver) _____

FICHA 4 • SETORES DA ECONOMIA COM INFLUÊNCIA NA ORLA

4.1 SETOR PRIMÁRIO

AGRICULTURA	Participação na renda do município	<input type="checkbox"/> alta	<input type="checkbox"/> média	<input type="checkbox"/> baixa
	Principais produtos	_____		
PECUÁRIA	Participação na renda do município	<input type="checkbox"/> alta	<input type="checkbox"/> média	<input type="checkbox"/> baixa
	Principais produtos	_____		
EXTRAÇÃO VEGETAL	Participação na renda do município	<input type="checkbox"/> alta	<input type="checkbox"/> média	<input type="checkbox"/> baixa
	Principais produtos	_____		
PESCA	Participação na renda do município	<input type="checkbox"/> alta	<input type="checkbox"/> média	<input type="checkbox"/> baixa
	Principais produtos	_____		
MARICULTURA	Participação na renda do município	<input type="checkbox"/> alta	<input type="checkbox"/> média	<input type="checkbox"/> baixa
	Principais produtos	_____		
MINERAÇÃO	Participação na renda do município	<input type="checkbox"/> alta	<input type="checkbox"/> média	<input type="checkbox"/> baixa
	Principais produtos	_____		
Observações	_____			

4.2 SETOR SECUNDÁRIO

INDÚSTRIA ALIMENTAR	Participação na renda do município	<input type="checkbox"/> alta	<input type="checkbox"/> média	<input type="checkbox"/> baixa
	Principais produtos	_____		
INDÚSTRIA DE MANUFATURADOS	Participação na renda do município	<input type="checkbox"/> alta	<input type="checkbox"/> média	<input type="checkbox"/> baixa
	Principais produtos	_____		
Observações	_____			

4.3 SETOR TERCIÁRIO

COMÉRCIO	Participação na renda do município	<input type="checkbox"/> alta	<input type="checkbox"/> média	<input type="checkbox"/> baixa
	Observação	_____		
TURISMO E HOTELARIA	Participação na renda do município	<input type="checkbox"/> alta	<input type="checkbox"/> média	<input type="checkbox"/> baixa
	Observação	_____		
PORTUÁRIO	Participação na renda do município	<input type="checkbox"/> alta	<input type="checkbox"/> média	<input type="checkbox"/> baixa
	Observação	_____		
IMOBILIÁRIO	Participação na renda do município	<input type="checkbox"/> alta	<input type="checkbox"/> média	<input type="checkbox"/> baixa
	Observação	_____		
OUTROS SERVIÇOS (restaurantes, bares, bancos, correio, etc.)	Participação na renda do município	<input type="checkbox"/> alta	<input type="checkbox"/> média	<input type="checkbox"/> baixa
	Observação	_____		
Observações que julgar necessárias:	_____			

Atividade 7.2.

Construção de quadro síntese de cada trecho da orla

Aqui todos os problemas e potenciais de uso e ocupação do trecho em estudo serão agrupados em um único quadro, cujo preenchimento estará associado à análise das figuras e conjuntos paisagísticos. Isto permitirá uma avaliação similar àquela apresentada para a Orla Marítima como um todo (Atividade 4.2), e permitirá dar foco preciso sobre as futuras ações a serem implementadas no trecho em questão.

EXEMPLO DE APLICAÇÃO

Este exemplo foi construído para um trecho da orla do município do Guarujá, SP – Praia de Guaiúba e mostra as principais questões e potenciais de uso para a área. Está apoiado por dois cortes genéricos que ilustram a paisagem local, suas qualidades cênicas e conflitos existentes.

Trata-se de uma praia com ocupação urbana consolidada, cercada por matas, vizinha a áreas densamente ocupadas e utilizadas por veranistas e moradores, com um potencial baixo para novas construções horizontais, mas alto para o turismo ecológico, desde que sejam definidas as áreas de parques ou florestas urbanas.

A primeira coluna sempre mostrará o cenário, os usos e os valores sociais existentes, a segunda, os diversos conflitos e a terceira, os diversos potenciais existentes para uma possível valorização ou manutenção das qualidades do lugar. A análise da coluna 3 – potenciais: indica direções a tomar, que serão as referências para as ações futuras, podendo, neste caso serem adotadas uma ou mais direções. Muitas vezes uma delas pode ser conflitante com as demais, devendo ser adotada a mais conveniente ao bem estar social e ambiental.



Praia de Guaiúba,
Guarujá/SP

QUADRO SÍNTESE

Configuração local/uso	Conflito	Potencial
<ul style="list-style-type: none"> • Praia contida em enseada. • Área definida por arco de morros cobertos de vegetação nativa – Mata Atlântica • Calçada de praia • Uso intenso por turistas/ veranistas/ "farofeitos" no fim de semana, tanto da praia como do mar – embarcações "banana-boat", banhistas/ mergulho 	<ul style="list-style-type: none"> • Praia pequena – comporta menos usuários que a demanda • Caça ilegal e eventual desmatamento • Sujeira excessiva por veranistas de fim de semana. • Água poluída por esgotos, linhas de esgoto na praia. • Falta de disciplina de uso das águas 	<ul style="list-style-type: none"> • Baixo para novas construções horizontais – poucos terrenos disponíveis e situação morfológica incompatível com a verticalização • Área plana pequena "encerrada" entre morraria. • Incremento de atividades turísticas, com a melhoria das condições de salubridade da águas para mergulho, etc.

etapa

8

Formulação de cenários para a orla

A idéia de cenário remete às formas de usos desejáveis e possíveis para os espaços da orla.

Poderá ser idealizado para uma praia ou costão, para um segmento do litoral comum a um consórcio de municípios ou, como deverá acontecer, para um trecho de orla muito pequeno, um fragmento espacial, contido dentro de qualquer um desses ambientes, cuja proposição abordará dois itens:

- I. **A ação em si**, que será objeto de investimentos públicos, privados ou mistos, podendo abranger desde a normatização do uso de uma praia, de construções na orla até o estabelecimento de parques urbanos ou áreas de conservação.
- II. **A consolidação ou mudança de classificação da orla** (classes A, B e C). A mudança de classe C para A ou B, por exemplo, é um fato excepcional, pois qualquer transformação deste tipo implicaria no aporte de recursos financeiros e transformações ambientais e paisagísticas de porte.

Toda e qualquer ação efetivada causará uma alteração na paisagem e no ambiente preexistente, devendo, no caso do Projeto Orla, reforçar suas qualidades cênicas, sociais e ambientais, adequando-as ao uso e as necessidades das comunidades locais e as que serão atraídas.

Para tanto, o material analisado anteriormente é básico para reflexão sobre o papel dos diversos agentes e suas ações, tanto adquiridas da instância pública como privada.

Fique atento

Quanto mais distante a situação atual estiver da desejada,

maiores serão as demandas por ações corretivas, implicando em grandes esforços por parte dos agentes envolvidos.

Tal situação pode evidenciar a necessidade, inclusive, de rediscutir a própria classificação estabelecida, seja para confirmar a proposta, ou para buscar uma alternativa que considere a melhor relação custo/benefício.



Ilhabela/ SP



Vila Velha/ ES

A formulação de cenários busca:

- Melhoria ou manutenção da condição ambiental existente;
- Revisão e análise dos padrões urbanos;
- Proposição de novos padrões urbanísticos;
- Análise de investimentos setoriais em turismo, lazer, habitação, etc;
- Estabelecimento de unidades de conservação e preservação públicas e privadas;
- Estabelecimento, aprimoramento e revisão de legislação;
- Incentivos a investimentos privados de portes diversos;
- Estímulo ao uso adequado dos ativos ambientais;
- Dinamização das potencialidades locais quanto a usos sustentáveis;
- Resolução e/ou minimização de conflitos.

Atividade 8.1

parâmetros de qualidade ambiental

Aula expositiva conduzida pelo(s) instrutor(es) com apresentação dos parâmetros de qualidade ambiental.

Fique atento

Estes parâmetros estão estabelecidos de forma interdependente nas três dimensões do conceito de **desenvolvimento sustentável: ambiental, social e econômico.**

Suas bases conceituais estão apresentadas em *Fundamentos para Gestão Integrada* e seus detalhes encontram-se no Anexo II deste manual.

CAPÍTULO 9 (DEFINIÇÃO DE PARÂMETROS DE QUALIDADE AMBIENTAL PARA A ORLA)

Reveja estes conteúdos para potencializar sua participação nesta atividade.

Atividade 8.2

Avaliação dos parâmetros do(s) trecho(s) de interesse da orla – situação: atual, tendência e desejada

Esta atividade será trabalhada em grupo a partir do preenchimento das ficha 5, enfocando, respectivamente, a situação atual, a tendência (caso nenhuma medida seja tomada) e a desejada, sempre tendo como base a correlação entre a variável e a classe genérica correspondente.

Fique atento

Anote na coluna indicada qual a classe em que cada parâmetro se insere. Para tanto, recorra à descrição apresentada no Anexo II e ao(s) instrutor(es).

Após o preenchimento de todos os itens, identifique a classe em que a maioria dos itens se inseriu e, então, reavalie a classe genérica anteriormente estabelecida para o trecho da orla.

Atividade 8.3

Apresentação e discussão de resultados

Após o preenchimento das fichas pelos grupos, será feita uma apresentação em plenária para estabelecer o “resumo de consenso” sobre os parâmetros avaliados. O resultado desta atividade deverá ser sistematizado por um dos participantes e/ou pelo(s) instrutor(es), para registrar os aportes do grupo.

EXEMPLO DE APLICAÇÃO

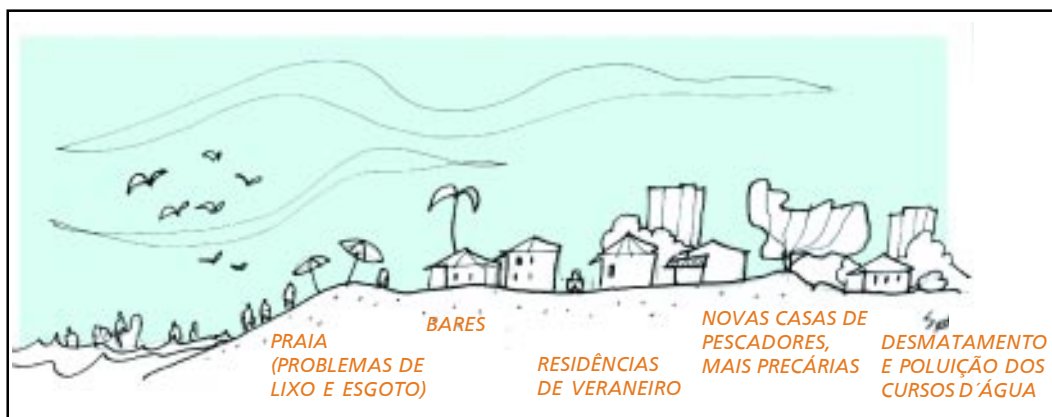
Construa perfil ou perfis que sintetizem a situação atual do trecho avaliado

TRECHO Praia de Calhau. Perfil 1.

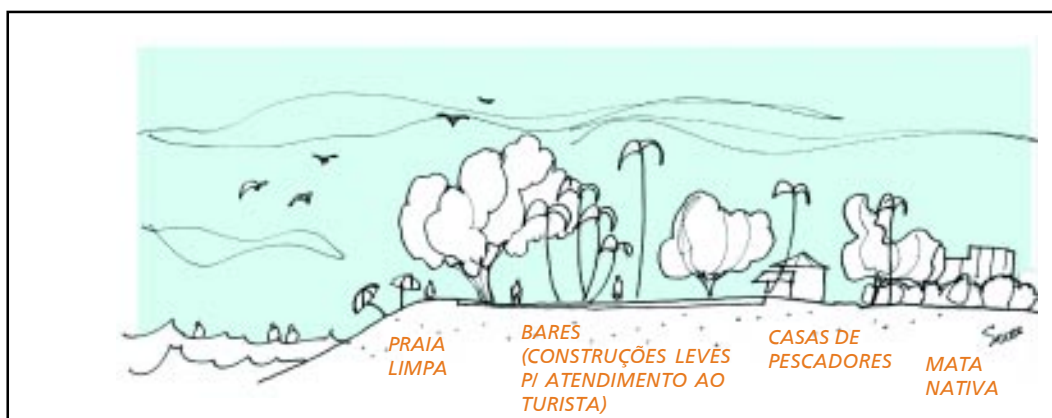
SITUAÇÃO ATUAL



TENDÊNCIA



SITUAÇÃO DESEJADA



FICHA 5 • QUALIDADE AMBIENTAL DE TRECHOS DA ORLA

Indique, na tabela abaixo, a classe em que cada um dos parâmetros avaliados se enquadra na situação atual, a tendência que pode se consolidar e o que se deseja com a intervenção:

PARÂMETROS AMBIENTAIS	SITUAÇÃO ATUAL	TENDÊNCIA	SITUAÇÃO DESEJADA
1. Cobertura vegetal nativa (%)			
2. Valores cênicos			
3. Integridade dos ecossistemas			
4. Fragilidade dos ecossistemas			
5. Presença de Unidades de Conservação			
6. Condição de Balneabilidade			
7. Degradação ambiental			
8. Presença de efluentes (línguas negras)			
9. Presença de resíduos sólidos (lixo) na orla			
10. Presença de construções irregulares			
11. Potencial para aproveitamento mineral			
12. Aptidão agrícola			
13. Potencial de extração vegetal			
14. Potencial pesqueiro			
15. Aptidão para maricultura			
SOCIAIS			
16. Presença de comunidades tradicionais			
17. Concentração de domicílios de veraneio			
18. Infra-estrutura de lazer/turismo			
19. Cobertura urbana ou urbanização			
20. Domicílios servidos por água (%)			
21. Domicílios com serviço de esgoto (%)			
22. Domicílios servidos por coleta de lixo (%)			
23. Domicílios servidos por energia elétrica (%)			
24. Formas de acesso			
ECONÔMICOS			
25. Pressão imobiliária			
26. Uso agrícola			
27. Uso para extração vegetal			
28. Uso dos recursos pesqueiros			
29. Uso para maricultura			
30. Uso para tráfego aquaviário ou portuário			
31. Uso industrial			
32. Aproveitamento mineral			
33. Atividades petrolíferas			
34. Atividades turísticas			
REAVALIAÇÃO DA CLASSE GENÉRICA DO TRECHO			

FICHA 5 • QUALIDADE AMBIENTAL DE TRECHOS DA ORLA

Construa perfis que sintetizem a situação atual do trecho avaliado

TRECHO _____

SITUAÇÃO ATUAL

TENDÊNCIA

SITUAÇÃO DESEJADA

FICHA 5 • QUALIDADE AMBIENTAL DE TRECHOS DA ORLA

Construa perfis que sintetizem a situação atual do trecho avaliado

TRECHO _____

SITUAÇÃO ATUAL

TENDÊNCIA

SITUAÇÃO DESEJADA

Esta atividade visa aproximar os parâmetros estabelecidos pelo Projeto Orla à realidade do espaço que se deseja trabalhar.

Atividade 9.1**Redação de texto sobre caracterização dos parâmetros**

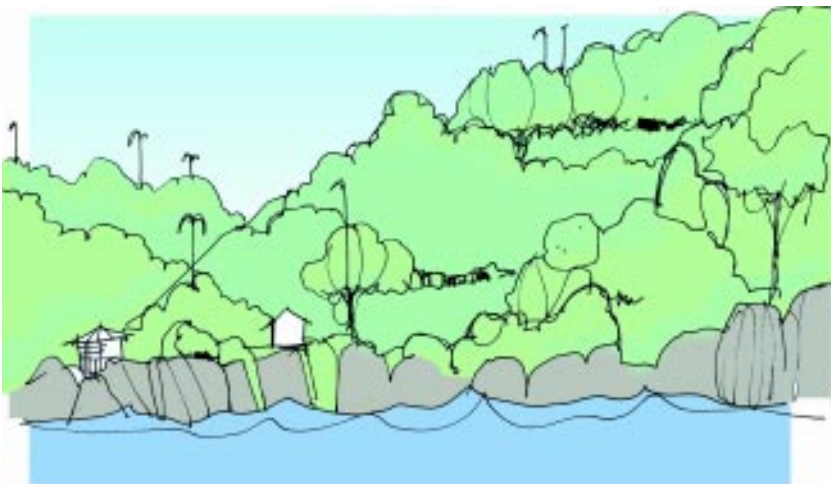
Novamente reunidos em grupos, os participantes, com a monitoria do(s) instrutor(es), prepararão uma redação para consolidar a discussão sobre como se comportam os parâmetros no espaço local, devendo ser consideradas a situação atual, a tendência e a desejada. Os resultados desta atividade serão apresentados em plenária para discussão e construção do “consenso” necessário.

EXEMPLO DE APLICAÇÃO

O exemplo a seguir traz uma análise do parâmetro “Valores cênicos” no trecho da orla de Mangaratiba/RJ, na ilhas de Itacuruçá, sintetizando a situação atual, a tendência e a desejada.

VALORES CÊNICOS**1 SITUAÇÃO ATUAL**

Observa-se a ocupação irregular das bordas de boa parte das ilhas por habitações de segunda residência de baixa qualidade com a perda do valor cênico e da atratividade para a atividade turística e sérios problemas ambientais



2 TENDÊNCIA

De ocupação progressiva de todas as ilhas por residências de veraneio de baixa qualidade. Com a destruição dos valores cênicos de um determinado trecho, outro será ocupado e descaracterizado e assim sucessivamente.



3. CENÁRIO DESEJADO

Manutenção da paisagem nas áreas não ocupadas; remoção da ocupação nos trechos onde a ocupação não se consolidou; ordenamento do uso e da ocupação nos trechos onde a remoção não seja possível, através de padrões e restrições, integrando na medida do possível as edificações à paisagem e implantando-se plano urbanístico-paisagístico que preserve a qualidade cênica.



EXEMPLO DE APLICAÇÃO

O exemplo a seguir traz uma análise do parâmetro “Pressão Imobiliária” no trecho da orla de Aracaju/SE, entre as praias de Aruana e Mosqueiro, sintetizando a situação atual, a tendência e a desejada.

PRESSÃO IMOBILIÁRIA

1 SITUAÇÃO ATUAL

Observa-se a ocorrência de média pressão imobiliária, visto que a maioria das habitações constituem-se em segunda residência (condomínios fechados e loteamentos) para os estratos de classe média e alta, com presença, ainda incipiente, de pousadas e equipamentos corporativos de lazer, além da ocupação irregular da faixa de praia por bares e restaurantes com características econômicas diferenciadas.

2 TENDÊNCIA

Aumento da pressão imobiliária com verticalização da área prevista no PDDU; construção de hotéis e resorts, destinados aos segmentos de maior renda; aumento da ocupação da faixa de praia por bares e restaurantes.

3 CENÁRIO DESEJADO

Ordenamento do uso e ocupação da área, restringindo a especulação imobiliária e segregação econômico-social, mediante a implantação de plano urbanístico que preserve os valores da paisagem, democratize os espaços públicos, promova atividades que gerem emprego e renda para a população do entorno.



SILVIO MACEDO

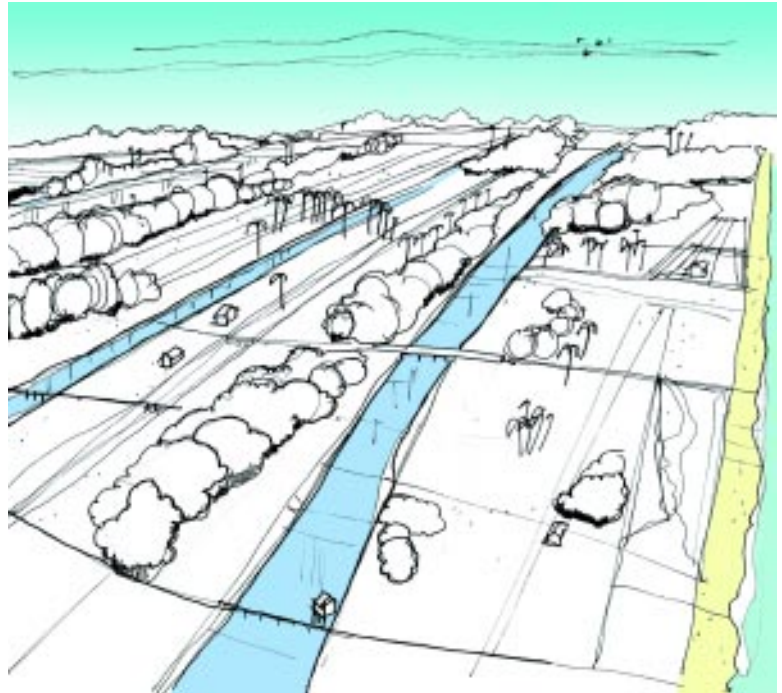
Aracaju/SE

Atividade 9.2

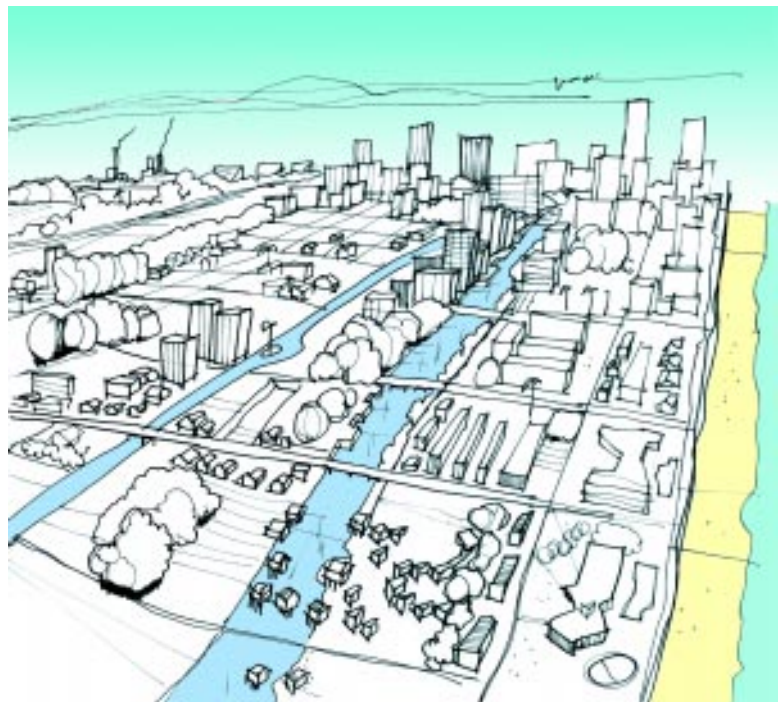
Visualização dos cenários

Esta atividade tem o objetivo de oferecer uma síntese gráfica dos cenários, podendo ser desenvolvida pelo instrutor ou participante(s), a partir da observação dos resultados discutidos pelo grupo na atividade anterior.

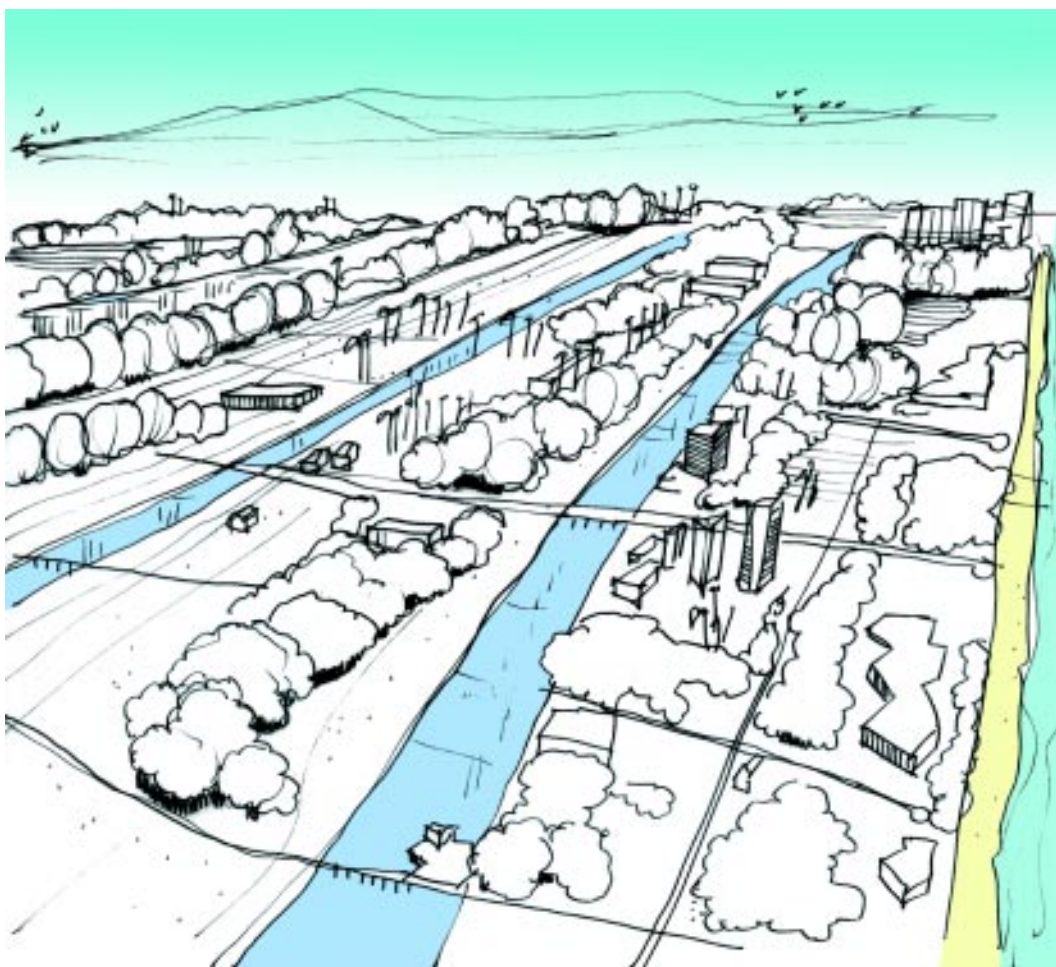
EXEMPLO DE APLICAÇÃO



Cenário atual



Cenário provável



Cenário desejado

Esta atividade encerra a fase de aplicação prática da metodologia que tratou do diagnóstico, classificação e elaboração de cenários.

Ao seu final deverá ser estabelecida uma agenda de execução para a Fase III – Consolidação, como etapa preparatória para a elaboração do Plano de Intervenção na Orla, que será objeto da próxima atividade presencial.

3. Planejamento das ações

As atividades desenvolvidas nesta fase (Fase IV), têm o objetivo de sistematizar as informações e discussões produzidas nas fases anteriores por meio do roteiro de elaboração do plano de intervenção.

O plano de intervenção é um documento elaborado pelos agentes executivos municipais do Projeto (Comitê Gestor), ao final do processo de diagnóstico/classificação e elaboração de cenários, com vistas a estabelecer as diretrizes para gestão da orla, servindo, inclusive, como documento complementar para o estabelecimento de termos de cooperação entre os municípios e a SPU (Secretaria de Patrimônio da União).

Quais são os objetivos do Plano?

Detalhar e justificar as ações que o município pretende realizar para superar os problemas identificados no diagnóstico e instalar uma gestão sustentável no trecho da orla selecionado, ou da orla como um todo. Trata-se, portanto, de uma manifestação de interesse técnico e político, fundamentada no planejamento, com procedimentos, meios e cronogramas bem especificados.

Uma vez concebido, o documento deverá ser validado tecnicamente e legitimado em um fórum participativo que garanta sua execução.

Pela variedade de seu campo de aplicação, o Projeto Orla optou por adotar um enfoque comum para o conteúdo dos planos de intervenção, partindo do princípio de que os problemas ambientais são manifestações dos conflitos de uso dos recursos e ecossistemas da orla, e de que as soluções para tais conflitos devem advir de ações previstas no Plano de Intervenção, necessárias ao alcance das metas de qualidade desejadas.

Nessa perspectiva, o roteiro a seguir contempla tópicos, com informações necessárias para organizar uma proposta de gestão da orla, alguns dos quais, devem ser desdobrados em ações específicas que compõem seu planejamento, contudo, sua estrutura não é rígida podendo ser adequada às diferentes situações locais.

O roteiro apresentado visa, portanto, ser auto-explicativo e, para isso, contém exemplificações em cada tópico, que sugerem a forma de redação e apresentação, de acordo com um Plano de Intervenção hipotético, elaborado para o município de Penha, em Santa Catarina, a partir de informações retiradas de um estudo de caso².

² Estratégia de envolvimento dos diversos atores no âmbito municipal para a implementação das diretrizes do Projeto Orla. Estudo de caso dos municípios de Penha e Balneário Camboriú/ SC, Marcos Polette & Leocádio Neves e Silva, SQA/MMA, Brasília, 2000.

Roteiro de elaboração do Plano de Intervenção

Estrutura geral

Caracterização

Apresentação

1. Objetivo

2. Identificação do executor

3. Localização da área de intervenção

4. Síntese do diagnóstico/ classificação

- 4.1 Atributos naturais/paisagísticos
- 4.2 Atividades socioeconômicas
- 4.3 Impacto ambiental dos usos da orla
- 4.4 Classificação da orla

5. Cenário de usos desejados para a orla

Propostas de ação

6. Identificação e caracterização dos conflitos

- 6.1 Identificação dos conflitos
- 6.2 Atividades geradoras dos conflitos
- 6.3 Atores sociais envolvidos
- 6.4 Atores institucionais envolvidos
- 6.5 Legislação incidente na área

7. Caracterização dos problemas relacionados a cada conflito

- 7.1 Efeitos e impactos associados ao problema
- 7.2 Linhas de ação para equacionar o problema

8. Ações e medidas estratégicas

- 8.1 Finalidade
- 8.2 Duração da atividade (data do início, término, ou atividade contínua)
- 8.3 Responsabilidades

Estratégias para execução

9. Estratégias de implantação do Plano

- a. Formas de legitimação do Plano de Intervenção
- b. Mecanismos de envolvimento da sociedade
 - b.1 Atividade a ser realizada
 - b.2 Responsável direto
 - b.3 Público-alvo
 - b.4 Meios utilizados
 - b.5 Produção necessária
 - b.6 Cronograma previsto
- c. Alternativas de articulação política
 - c.1 Responsabilidades dos órgãos públicos atuantes na orla na execução do Plano
 - c.2 Programas e ações governamentais com afinidade com as proposições do Plano
 - c.3 Articulação e interação dos planos e projetos preexistentes

10. Subsídios e meios existentes

- 10.1 Base legal
- 10.2 Base institucional local
- 10.3 Fóruns de decisão
- 10.4 Instrumentos gerenciais e normativos locais
- 10.5 Bancos de dados e informações
- 10.6 Referências técnico-científicas

Estratégia de acompanhamento e avaliação

11. Monitoramento

- 11.1 Critérios e parâmetros a serem utilizados
- 11.2 Sistemática de coleta dos dados e sua rotina temporal

12. Sistemática de acompanhamento, avaliação e revisão do Plano

- a. Acompanhamento
 - a.1 Ação/ responsável
 - a.2 Produtos parciais concluídos
 - a.3 Produtos não concluídos, ações em curso, estágio de execução, prazos e obstáculos
 - a.4 Eventuais produtos e/ou operações abandonadas
- b. Avaliação
- c. Revisão do Plano

13. Apresentação do Plano e cronograma geral

Apresentação

Fazer uma breve apresentação do conteúdo do documento e o contexto em que foi elaborado.

1. Objetivo

Descrever o objetivo geral e específicos do Plano de Intervenção, dando destaque à importância das ações previstas para a celebração do convênio junto à SPU.

2. Identificação do executor

Nesse tópico deve ser indicado o agente executor do plano, isto é, a Prefeitura ou órgão por ela designado para o desenvolvimento da proposta. Em seguida, devem ser relacionados os co-executores, levantados no decorrer dos trabalhos da primeira etapa, como, por exemplo, as instituições integrantes do Comitê Gestor da Orla.

EXEMPLO DE APLICAÇÃO

Executor *Prefeitura Municipal de Penha, SC – Secretaria de Meio Ambiente*

Co-Executor *Secretaria Municipal de Turismo
Associação de Maricultores – AMAP
Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI
Associação de Moradores de Armação
Associação Comercial e Industrial – ACIPEN
Órgão Estadual de Meio Ambiente*

3. Caracterização do município e localização da área de intervenção

O município deve ser inserido no contexto regional. Em seguida, deve ser descrita a localização exata da área estudada, com a indicação precisa de seus limites extraídos do diagnóstico/ classificação. Indicar, quando houver demarcada, a área correspondente ao Patrimônio da União. Anexar figura com poligonal além do memorial descritivo.

EXEMPLO DE APLICAÇÃO

O Município de Penha encontra-se no setor norte da zona costeira de Santa Catarina, distando 116 km de Florianópolis pela rodovia BR-101. O Município possui uma área de 60,3 km², sendo delimitado ao Norte e a Oeste com o Município de Piçarras, ao Sul com o Município de Navegantes e a Leste com o Oceano Atlântico.

A área de intervenção do Projeto Orla foi delimitada em 50m a partir da praia, em direção à área urbanizada, e, no mar, até a profundidade de 10m. Esse critério foi aplicado à orla no Município como um todo.

4. Síntese do diagnóstico/classificação

Para efetuar esta síntese, será necessário recuperar e complementar os dados obtidos nas etapas anteriores, e consolidados nas fichas de “Características gerais da orla”, “Caracterização urbanística do trecho da orla”, “Recursos hídricos, saneamento e infra-estrutura”, “Setores da economia com influência na orla” (Fichas 1, 2, 3 e 4 respectivamente), e no rol de parâmetros para orla descritos nas fichas de “Qualidade ambiental de trechos da orla – Situação atual, tendência observada e situação desejada” (Ficha 5).

Fique atento

aos principais elementos da dinâmica da natureza local, aos processos e recursos ambientais mais relevantes, suas fragilidades e vulnerabilidades;

aos principais elementos da dinâmica da sociedade local, sua estratificação social, às atividades econômicas e padrões de uso e ocupação do solo predominantes;

às relações e interações entre a vida socioeconômica e os ecossistemas e recursos ambientais existentes na orla;

à classificação da orla na área de intervenção pretendida.

4.1 Atributos naturais/paisagísticos

Sumário do contexto ambiental da área: descrição panorâmica dos principais recursos ambientais existentes e seus atributos.

EXEMPLO DE APLICAÇÃO

O município de Penha possui mais de 31 km de orla, onde predominam trechos de orla correspondentes a praias arenosas (num total de 19). Estas, em sua maior parte, apresentam-se como balneários em consolidação, constituídos por terrenos de beira-mar não totalmente ocupados, com uma população fixa de aproximadamente 5.000 habitantes e grande sazonalidade na ocupação dos imóveis, predominando a segunda residência.

A orla de Penha apresenta planícies sedimentares pouco extensas, entremeadas por morros florestados, com mata Atlântica alterada e em processo de recomposição. Assinala-se a ocorrência de manguezais na desembocadura dos rios e canais presentes na região. Trata-se de uma orla de grande beleza cênica e dotada de recursos naturais relevantes. Em termos morfodinâmicos, a tendência predominante é de processos de regressão marinha, com intenso trabalho sedimentar.

4.2 Atividades socioeconômicas

Identificar as principais atividades socioeconômicas, suas potencialidades, incluindo perfil dos setores primário, secundário e terciário; índices sociais (crescimento populacional, taxa de analfabetismo, presença de comunidade tradicional, número de habitantes, estabelecimentos servidos por água, energia, coleta de lixo e esgoto), se possível, listar dados estatísticos e indicadores numéricos.

Para levar em conta!

Os subsídios gerados na atividade de diagnóstico e classificação devem ser considerados no estabelecimento das metas de gestão ambiental constantes do Plano.

EXEMPLO DE APLICAÇÃO

Orla em estágio inicial de desenvolvimento, tendo como atividades principais o turismo, a pesca e a maricultura, representando respectivamente ..%, ..% e ..% do emprego local e ..%, ..% e ..% da arrecadação municipal. A atividade com maior tendência de crescimento é o turismo, que tem sido um fator decisivo no processo de adensamento urbano, notadamente por meio de loteamentos imobiliários animados por grande especulação fundiária. Hoje, 81% da população fixa do município, de 17.962 habitantes, residem em meio urbano. A sazonalidade da ocupação é bem acentuada, podendo ser apreendida por meio da informação sobre domicílios não ocupados fornecida pelo IBGE. Tais dados correspondem ao município como um todo, podendo ser realizada, quando necessária, uma estimativa para a faixa da orla marítima.

4.3 Impacto ambiental dos usos da orla

Indicar qual a relação existente entre as atividades socioeconômicas relacionadas no item 3.2, com os impactos ambientais na orla, tanto atuais quanto potenciais. É o momento de dimensionar por meio de dados secundários, estatísticos, os efeitos decorrentes dos impactos das diferentes atividades sobre a qualidade ambiental na orla.

EXEMPLO DE APLICAÇÃO

O desenvolvimento turístico acelerado e sem um planejamento adequado, tem gerado graves questões sociais e ações de grande impacto na qualidade do meio ambiente, destacando-se: lançamento de esgotos sem o devido tratamento nas praias, na rede pluvial, nos córregos e contaminação do lençol freático; aterro de manguezais e outras áreas legalmente protegidas; disposição de lixo urbano em terrenos e áreas públicas sem serviço de coleta sistemática; intervenções urbanas danosas em sítios de relevante beleza cênica; aumento do fluxo de embarcações de pesca e de esporte náutico.



Bar-quiisque de grandes dimensões em uma pequena praia, acima à esquerda, aterro em área de manguezal, para instalação de marina, acima, e residência de veraneio extendendo suas cercas sobre a faixa de areia, ao lado.

Exemplos de conflitos em Ubatuba/ SP.

4.4 Classificação da orla

Resultante do processo de diagnóstico/classificação de um determinado trecho da orla.



Fique atento

Os principais impactos também podem ser apresentados em forma de tabela, relacionando essas atividades e/ou processos de forma hierarquizada, conforme sua relevância com a geração do problema.

EXEMPLO DE APLICAÇÃO

Dada as características descritas nos itens 4.1, 4.2 e 4.3, o trecho da orla em questão pode ser classificado como C.

5. Cenário de usos desejados para a orla

A síntese do diagnóstico atual deve servir como base para a definição de cenários de usos futuros, dando foco aos conflitos existentes, seus problemas decorrentes e às estratégias/ações necessárias ao seu alcance.



Fique atento:

A apresentação de um quadro-síntese, abordando a situação atual e a desejada para cada parâmetro ambiental e socioeconômico, poderá orientar o texto correspondente.

EXEMPLO DE APLICAÇÃO

- *Ocupação e uso do solo na orla ordenados segundo diretrizes do Plano Diretor municipal e de normas gerais emanadas do Projeto Orla;*
- *Regularização das atividades comerciais nas praias e da prática da maricultura, com implantação do disciplinamento de uso da faixa marinha, definindo áreas para esportes náuticos, pesca artesanal e esportiva, e maricultura;*
- *Implantação de rede de esgotamento cobrindo a totalidade dos domicílios existentes no município, e com adequado tratamento do material coletado através de sistema de engenharia compatível com a demanda em épocas de plena ocupação;*
- *Atividade turística consolidada e ordenada, envolvendo a população local como beneficiária da renda e trabalho gerado pelos serviços oferecidos, com estratégias de atração de turistas nos períodos de baixa-estação, e com campanhas de informação e mobilização que resultem em ações de conservação ambiental.*

6. Identificação e caracterização dos conflitos de uso da orla

O objetivo desse tópico é identificar e descrever com objetividade, os conflitos presentes no trecho selecionado, apontando as atividades e os atores sociais envolvidos em cada um, de forma a obter o exato entendimento dos problemas derivados desses conflitos. Assim, poderão ser delineadas diretrizes, ações e atividades necessárias para resolvê-los.

6.1 Identificação dos conflitos:

Por conflito entende-se uma situação indesejável, ocasionada pelas incompatibilidades **entre atividades** (sociais, econômicas e/ou de planejamento).

Os conflitos resultam em problemas de ordem social e/ou ambiental estando, via de regra, associados ao processos de ocupação e uso dos recursos, por exemplo:

Conflitos de ocupação territorial

gerados essencialmente pela inadequação, inexistência ou ineficiência de normas e instrumentos de ordenamento do uso do solo na orla, por exemplo: ocupação urbana conflitante com a implantação de área de proteção ambiental;

Conflitos de apropriação de recursos naturais

gerados pela competição por um bem escasso ou finito, muitas vezes submetido a explorações com magnitudes de impactos bastante desiguais sobre os estoques e fontes, por exemplo: pesca artesanal sendo inibida ou prejudicada pela pesca industrial;

Conflitos de utilização dos recursos ambientais

gerados por atividades cujos suportes espaciais se antagonizam, ou quando um uso interferir nas condições locais ideais de outro, por exemplo: maricultura sendo implementada em áreas propícias aos esportes náuticos;

Conflitos de ordem social

originados de disputas por direitos e por acesso a determinados recursos, bem como gerados pela dinâmica da política reinante na localidade, por exemplo: populações e hábitos tradicionais, cuja manutenção está sendo inviabilizada pela pressão dos incorporadores imobiliários;

Conflitos de usos múltiplos

gerado pela concorrência na apropriação simultânea de um determinado recurso natural ou pelo controle de uma determinada fonte de recursos por diferentes atividades, por exemplo: baías de águas calmas, limpas, propícias ao desenvolvimento da maricultura, também podem ter seu uso destinado à implantação de marina para apoio aos esportes náuticos, que necessita de infra-estrutura em terra. Esta por sua vez, atrairá investimentos como restaurantes e lojas que, conseqüentemente, proporcionará o aumento da produção de resíduos líquidos e sólidos que poderão contaminar o corpo d'água;

Conflitos intergovernamentais

gerados pelo antagonismo entre políticas públicas e/ou entre projetos de governo que impliquem em usos e ações excludentes e contraditórias para uma mesma área, por exemplo: atividade portuária interferindo na exploração turística de um dado trecho do litoral onde o atrativo natural é evidente e preponderante.



Para levar em conta!

Para orientar essa atividade pode ser elaborado um quadro, listando os conflitos existentes e sua área de abrangência, servindo como base para a descrição dos problemas e ações pretendidas

EXEMPLO DE APLICAÇÃO

Atividades tradicionais de uma colônia de pescadores (moradia e subsistência)

x

Atividade imobiliária

6.2 Identificação das atividades geradoras do conflito

Por atividade entende-se uma prática executada por instituições e/ou grupos sociais com finalidades específicas. Existem atividades econômicas, que visam a obtenção de bens ou de receitas, assim como há atividades culturais, de conteúdo simbólico ou meramente recreativas. Existem, ainda, práticas jurídicas e administrativas, bem como atividades de pesquisa e de segurança. Cada atividade praticada na orla trabalha com determinados recursos, impactando suas fontes e seus estoques. Do mesmo modo, cada atividade está associada a usos específicos dos espaços e dos recursos.



Fique atento:

Neste tópico, devem ser listadas e caracterizadas, sistematicamente, as atividades que contribuem para a existência dos conflitos identificados.

EXEMPLO DE APLICAÇÃO

As atividades que estão diretamente associadas a estes conflitos são:

- o comércio;
- o turismo e
- as atividades vinculadas ao processo de urbanização (imobiliária, construção civil).

6.3 Identificação dos atores sociais envolvidos

Estimar, quando possível, o contingente populacional de cada segmento e definir suas situações socioeconômicas e suas alternativas de renda e emprego.

EXEMPLO DE APLICAÇÃO

Os grupos sociais que se contrapõem nos diversos conflitos, conforme identificado no diagnóstico, são os seguintes: moradores permanentes, veranistas, turistas, empresários de serviços turísticos, pescadores tradicionais, maricultores, agentes imobiliários.

Os conflitos mais freqüentes referem-se às questões da propriedade da terra, e se expressam entre os primeiros ocupantes (muitas vezes posseiros) e os segmentos capitalistas, interessados no desenvolvimento de um mercado imobiliário, que afeta a propriedade e o custo da terra. A destruição de ecossistemas, pela ocupação de suas áreas, também coloca em choque as populações que dependem da extração de seus recursos para a subsistência e os novos ocupantes. Finalmente, a atividade de maricultura cria oposições com turistas e veranistas (pelo impacto paisagístico) e com os pescadores artesanais e esportivos, além dos praticantes de outros esportes náuticos (pela interdição de espaços).

6.4 Identificação dos atores institucionais envolvidos

A ação do Estado e suas instituições na área, que por vezes, também podem ser causadores dos conflitos. Por exemplo: a construção de uma estrada municipal ligando uma localidade remota pode favorecer a citada expansão imobiliária e o conflito com posseiros. Nesse caso diferentes órgãos estaduais/municipais podem estar a frente de ações antagônicas, como a Secretaria Estadual de Transportes, o DNER, a Secretaria Municipal de Trânsito.

6.5 Identificação da legislação incidente na área

Indicar as legislações municipais, estaduais ou federais que podem vir a ser aplicadas às irregularidades efetivamente praticadas no uso da orla.

EXEMPLO DE APLICAÇÃO

Legislações que proíbem derrubada de manguezais em quaisquer circunstâncias, Código Municipal de Meio Ambiente (Lei Municipal n° _____), Lei de Licenciamento Ambiental (Lei Municipal n° _____).

EXERCÍCIO 1

Com base no diagnóstico da área de estudo, identifique os conflitos de uso e/ou ocupação existentes, por exemplo:

Conflitos existentes	Atividades geradoras do conflito	Atores sociais envolvidos	Atores institucionais envolvidos	Legislação incidente na área
<i>Ocupação da praia x lazer</i>	<i>Comerciais, turísticas, imobiliária...</i>	<i>Setor hoteleiro, bares, restaurantes,...</i>	<i>Prefeitura, associações comerciais, outras associações, sindicatos,...</i>	<i>Ausência de Plano Diretor...</i>

7. Caracterização dos problemas relacionados a cada conflito

Entende-se por problema a expressão factual dos conflitos ou o resultado negativo das atividades praticadas na orla. O problema ambiental surge, portanto, como um fato ou manifestação em desacordo com o uso pretendido para a orla, e devido a isto, o produto central do diagnóstico não pode se constituir em uma mera identificação dos problemas, sem um questionamento acerca de suas origens.

Dessa forma o Plano de Intervenção deve ser construído buscando a eliminação dos conflitos e indicando as correspondentes soluções para os principais problemas identificados no diagnóstico, promovendo o incentivo de atividades compatíveis com o uso pretendido.

Para tanto, cada problema deve ser identificado pelo seu tipo e seus efeitos, além de ser acompanhado de estratégias solucionadoras, como mostrado a seguir:

EXEMPLO DE APLICAÇÃO

Problema:

Ocupação da praia – bem de uso comum – por barracas sem padronização que interferem na visualização da paisagem e no acesso à praia.

7.1 Efeitos/ impactos associados ao problema

Descrever os efeitos gerados por esse problema, por exemplo: os maiores efeitos causados pela disposição de esgotos domésticos são as doenças de veiculação hídrica, a contaminação da areia, a perda da qualidade da paisagem, contaminação do lençol freático.

7.2 Linhas de ação para equacionar o problema

Aqui devem ser indicadas as ações, medidas e procedimentos operacionais a serem tomados para equacionar o problema gerado pelo conflito.

EXEMPLO DE APLICAÇÃO

Reordenamento da ocupação da orla pelas estruturas voltadas às atividades comerciais. Normatização estabelecendo critérios e procedimentos técnico-institucionais para a solução das ocupações irregulares existentes, incluindo, entre outras possibilidades, a remoção e a recuperação das condições ambientais; procedimentos de compatibilização entre um plano municipal de desenvolvimento turístico e o correspondente plano de desenvolvimento urbano.

EXERCÍCIO 2

Analisando separadamente cada conflito, identifique os problemas a eles associados, por exemplo:

<i>Conflito: Ocupação da praia x atividades turísticas e lazer</i>		
Problemas	Efeitos/impactos associados ao problema	Linhas de ação para equacionar o problema
A <i>Ocupação desordenada da faixa de praia</i>	<ul style="list-style-type: none">• <i>Interferência nos acessos à praia;</i>• <i>Prejuízo à qualidade da paisagem (perda de atrativo para o turismo);</i>• <i>Expansão descontrolada das barracas em número e área;</i>• <i>Utilização das barracas para outros usos como moradia, estacionamento de veículos, etc</i>	<i>Projeto de reordenamento da ocupação</i>
B		

8. Ações e medidas estratégicas

O planejamento de ações deve ser feito a partir das providências e iniciativas corretivas suscitadas pelos conflitos identificados e seus respectivos problemas, estes, entendidos como os alvos imediatos das ações. Tratam-se, portanto, de medidas a serem implementadas para a resolução dos problemas arrolados no tópico anterior, e devem ser apresentadas uma a uma:

EXEMPLO DE APLICAÇÃO

Descrever o que se pretende para solucionar o problema A, por exemplo:

Ação 1: *elaborar um anteprojeto de reordenamento urbanístico;*

Ação 2: *regular as atividades de comércio segundo o projeto de reordenamento;*

Ação 3: *elaborar projeto de realocação dos moradores das barracas*

8.1 Finalidade

Descrever o objetivo da ação proposta.

EXEMPLO DE APLICAÇÃO

Objetivo da ação 1: *Manter a atratividade turística, permitindo a oferta de serviços de forma controlada.*

8.2 Duração da atividade

Especificar o tempo necessário à implementação da ação planejada (regularidade, data do início, término, ou se é uma atividade contínua)

EXEMPLO DE APLICAÇÃO

Ação 1: 6 meses

Ação 2: contínua

Ação 3: 12 meses

8.3 Responsabilidades

Definir a entidade/ órgão responsável pela execução da ação

EXEMPLO DE APLICAÇÃO

Secretaria Estadual de Meio Ambiente,

Secretaria Municipal de Obras,

Secretaria Municipal de Turismo.

Este processo deve se repetido para cada problema, descrito em forma de texto, seguindo a estrutura abaixo:

Problema 1

- 1. Efeitos/ impactos associados ao problema**
- 2. Linhas de ação para equacionar o problema**
- 3. Ações e medidas estratégicas**
 - 3.1 Finalidade**
 - 3.2 Duração da atividade**
 - 3.3 Meios disponíveis**
 - 3.4 Meios necessários**
 - 3.5 Responsabilidades**

EXERCÍCIO 3

Ações e Medidas	Finalidade	Duração da Atividade	Responsabilidades
1.a.1: <i>Anteprojeto de reordenamento urbanístico</i>	<i>Manter a atratividade turística através da requalificação da paisagem</i>	<i>4 meses</i>	<i>Secretaria Municipal de Obras Secretaria Municipal de Turismo</i>
1.a.2:			

9. Estratégias de implantação do plano

Nos tópicos anteriores foram apresentados os requisitos técnicos para elaboração do plano de intervenção. Aqui, são abordadas as principais formas para sua viabilização político-institucional, isto é, mecanismos e alternativas que promovam o envolvimento e comprometimento dos diferentes agentes governamentais e da sociedade civil.



Para levar em conta!

Vale observar que para o sucesso da estratégia de mobilização é importante a definição de um **Comitê Gestor**, composto por integrantes do grupo de gestores local e outras instituições, como núcleo de articulação permanente, conforme demandas requeridas no âmbito do Plano.

Nesse sentido, podem-se pensar em três grandes campos de atuação:

a. Formas de legitimação do Plano de Intervenção

Dizem respeito às formas de consulta aos atores sociais, podendo apresentar níveis diferenciados de participação nas decisões, indo desde processos deliberativos de consulta direta (envolvendo votação das medidas propostas) no Comitê Gestor, até a utilização de metodologias específicas que auxiliem na ponderação das alternativas a serem objeto de decisão. Uma forma interessante de legitimação social é a realização de oficinas de planejamento participativo ainda na fase de elaboração do plano de intervenção.

b. Mecanismos de envolvimento da sociedade

Além das formas de legitimação das propostas, no âmbito do Comitê Gestor da Orla, as ONGs nele representadas podem assumir a responsabilidade de mobilização de outros segmentos e atores. Entre as medidas passíveis de serem implementadas, podem ser elencadas:

- a realização de campanhas públicas sobre a importância da orla e de divulgação das metas do Plano;
- a criação de programas específicos para manutenção de um fluxo de informação e de mobilização dos sistemas formal e informal de ensino;
- a publicação de material de divulgação dos produtos do Plano para ampla veiculação local e extra-local;
- a realização de audiências e debates públicos de apresentação e discussão do Projeto e do Plano.

Para qualquer uma dessas iniciativas, é importante traçar um roteiro de execução com as seguintes informações:

- b.1** atividade a ser realizada;
- b.2** responsável direto;
- b.3** público-alvo;
- b.4** meios utilizados;
- b.5** produção necessária (materiais gráficos, documentos, etc.);
- b.6** cronograma previsto.

c. Alternativas de articulação política

Além do envolvimento da sociedade, uma boa gestão requer articulação com agentes governamentais que possuem competências diversas no espaço da orla, os quais devem estar representados no Comitê Gestor. Esse segmento ganha expressão na compatibilização das políticas públicas incidentes na orla. Para tanto, é necessário estabelecer estratégias de interlocução direcionadas para ações cooperadas e convênios intergovernamentais. Nesse sentido, no presente item, é importante deixar claras as estratégias para execução das ações planejadas, com informações sobre os seguintes pontos:

- c.1** definição de responsabilidades dos órgãos públicos atuantes na orla, especificando suas competências e atribuições na execução do Plano (aproveitar informações do diagnóstico);
- c.2** identificação de programas e ações governamentais que possuam afinidade com as proposições do plano de intervenção, especificando seus executores, e as instâncias que os aprovaram (aproveitar informações do diagnóstico);
- c.3** forma de articulação dos planos, projetos e investimentos público e/ou privados preexistentes que interagem com a orla, indicando seus executores as instâncias que os aprovaram e recursos financeiros correspondentes.

10. Subsídios e meios existentes

Considerando as diferenças temporais e de resultados entre os procedimentos de diagnóstico/ classificação e da execução do Plano de Intervenção, faz-se necessária uma reavaliação dos subsídios e meios disponíveis. Para isso, torna-se indispensável a aferição da efetiva capacidade e consistência operacional das ações e medidas previstas em relação aos recursos requeridos, inclusive utilizando as informações do próprio diagnóstico, verificando a fundamentação dos projetos de instalação de equipamentos e instrumentos necessários. Assim, cabe avaliar os meios de gestão já existentes, abordando numa listagem de verificação preliminar, os seguintes pontos:

10.1 Base legal prevista para as ações normativas

EXEMPLO DE APLICAÇÃO

- *Lei Nacional de Gerenciamento Costeiro (Lei nº 7661/88)*
- *Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNG C-II)*
- *Lei Federal sobre o Patrimônio da União (Lei nº 9636/98)*
- *Lei Orgânica do Município*

10.2 Base institucional local para as ações previstas

EXEMPLO DE APLICAÇÃO

- *Secretaria Municipal de Meio Ambiente*
- *Secretaria Municipal de Turismo*
- *Destacamento da Polícia Florestal*
- *Núcleo do Projeto Baleia*

10.3 Fóruns de decisão existentes no âmbito do plano

EXEMPLO DE APLICAÇÃO

- *Câmara Municipal*
- *Conselho Municipal de Turismo*
- *Conselho Municipal de Meio Ambiente*
- *Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano*

10.4 Instrumentos gerenciais e normativos locais existentes

EXEMPLO DE APLICAÇÃO

- *Código Municipal de Obras*
- *Licenciamento ambiental*

As fichas 6 E 7 auxiliam na seleção dos elementos desta natureza.

INSTRUMENTOS NORMATIVOS, POLÍTICAS E PROJETOS

Tipos de Instrumentos	Complemente com referências legais, nomes e datas dos documentos	Características ambientais paisaísticas	
		SIM	NÃO
Plano Diretor			
Zoneamento Municipal			
Lei do Perímetro Urbano			
Lei de Uso e Ocupação do Solo			
Lei do Parcelamento do Solo Urbano			
Código de Obras e Edificações			
Código de Posturas Municipais			
Plano Diretor de Distrito Industrial			
Código de Polícia Administrativa			
Zoneamento Ecológico Econômico			
Zoneamento Agroecológico			
Zoneamento Agrícola			
Zoneamento Costeiro			
Zoneamento de UC Municipal			
Zoneamento de UC Estadual			
Zoneamento de UC Federal			
Plano de Desenvolvimento do Turismo			
Macrodiagnóstico Estadual/ Regional			
Outras Legislações de Urbanismo (identificar)			
Outros (identificar)			

Existem projetos especiais previstos para intervenção na orla do município como aterros, sistema viário, marinas, urbanização, calçadas, etc? Quais?

O município participa de algum consórcio de municípios ou está incluso em área metropolitana?

FICHA 7 • FÓRUNS DE DECISÃO E ARRANJOS INSTITUCIONAIS

Questões Institucionais	Campo para preenchimento
<p>Informar programas e projetos (estaduais, federais ou outros) vinculados à zona costeira e implantados no município e em que estágio se encontram (exemplo: Plano Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT, PRODER Especial / SEBRAE, PRODETUR e Pró-saneamento)</p>	
<p>Citar se há alguma agência de desenvolvimento regional atuando no município (exemplo: Agência de Desenvolvimento do Nordeste, Banco Nordeste, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES)</p>	
<p>Assinale a existência de conselhos ou fóruns com objetivo de gestão territorial ambiental:</p>	<p>FÓRUNS DE ABRANGÊNCIA MUNICIPAL</p> <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Conselho de Desenvolvimento e Meio Ambiente <input type="checkbox"/> Conselho de Desenvolvimento Sustentável <input type="checkbox"/> Conselho Municipal de Meio Ambiente <input type="checkbox"/> Conselho Municipal da Agenda 21 <input type="checkbox"/> Conselho Municipal de Turismo, Comitê de Turismo <input type="checkbox"/> Conselho de Pólo Turismo ou Ecoturismo <input type="checkbox"/> Conselho Municipal do IDH 14 <input type="checkbox"/> Conselho Municipal da Comunidade Solidária <input type="checkbox"/> Conselho de Pólo Agrícola <input type="checkbox"/> Conselho ou Comitê de Gestão de Unidade de Conservação <input type="checkbox"/> Grupo Gestor de _____ <input type="checkbox"/> Outros, especificar _____ <p>FÓRUNS DE ABRANGÊNCIA ESTADUAL OU REGIONAL QUE O MUNICÍPIO PARTICIPA</p> <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Conselho Estadual de Meio Ambiente <input type="checkbox"/> Comitê de Bacia Hidrográfica <input type="checkbox"/> Consórcio Municipal <input type="checkbox"/> Outros _____

Obs: esta ficha pode ser ampliada conforme a necessidade do seu preenchimento

10.5 Material sobre a área de estudo

Bancos de dados e informações existentes, passíveis de serem utilizados no processo de gestão e monitoramento;

EXEMPLO DE APLICAÇÃO

- *Cartografia básica (mapas, aerofotos)*
- *Base digital (SIG, imagens de satélite)*
- *Estudos setoriais para atualização do Plano Diretor (1995)*
- *Diagnóstico da potencialidade turística (1997)*

10.6 Material técnico-científico disponível (referências bibliográficas)

Material de conhecimento técnico e científico já confeccionado para a orla em questão (estudos, pesquisas, planos, levantamentos, etc.).

11. Monitoramento

Uma vez definidas as ações do Plano, as mesmas devem ser correlacionadas com as estratégias de monitoramento. Consiste na aferição sistemática dos resultados efetivamente produzidos pelas ações do Plano na evolução da qualidade ambiental e nas condições de uso da orla. Nesse sentido, constitui um procedimento fundamental para avaliar a eficácia do Plano de Intervenção e a geração de subsídios para o processo de ajustes e de seu aprimoramento contínuo.

Os parâmetros adotados como indicadores devem, portanto, refletir os resultados produzidos pelas ações planejadas na evolução de cada uso considerado. Assim, a proposta de monitoramento deverá utilizar na definição dos indicadores, as informações, elementos, índices e parâmetros apresentados na caracterização dos problemas-alvo identificados no item 5.6, bem como sua complementação com dados secundários disponíveis em outras instituições e programas, ou aqueles de fácil identificação em campo que não necessitem de medidas qualitativas sofisticadas.

As ações planejadas para a realização do processo de monitoramento deverão ser explicitadas neste tópico, levando em conta as seguintes abordagens e informações:

11.1 Apresentação dos critérios, parâmetros e indicadores

Devem ser utilizados, além dos previstos em dispositivos legais, os elementos e/ou parâmetros utilizados no diagnóstico para dimensionar a magnitude e /ou a ponderação dos problemas.

11.2 Apresentação da sistemática de coleta dos dados secundários

Devem ser especificadas as fontes de geração, o período a que se referem os dados e o contexto em que foram obtidos.

Entre outros procedimentos usuais de monitoramento (os quais estão condicionados à capacitação técnica local), recomenda-se como indispensáveis:

- Desenvolver/adotar parâmetros que possam ser facilmente acompanhados, mediante simples observações no local, ou de fácil geração ou disponibilização;
- Desenvolver mecanismos de vigilância pelas comunidades (monitoramento participativo), inclusive com o incentivo a denúncias;
- Utilizar estatísticas disponíveis (inclusive do IBGE e IPEA)

12. Sistemática de acompanhamento, avaliação e revisão do plano

a. Acompanhamento

A evolução do desenvolvimento dos produtos e resultados esperados na execução das ações previstas deve ser acompanhada e avaliada. Por isso, é importante que os produtos sejam especificados e relacionados com os resultados pretendidos, também indicando os produtos parciais, resultantes de etapas intermediárias de implantação do Plano.

Propõe-se, como procedimento operacional para esse tópico, uma padronização de relatórios de acompanhamento, a serem produzidos pelo agente responsável por sua execução, num intervalo temporal consoante com os cronogramas apresentados para cada ação. Os relatórios, abordando informações simplificadas e de fácil interpretação, deverão apontar:

- a.1** especificação da ação e identificação do responsável;
- a.2** apresentação dos produtos parciais concluídos;
- a.3** indicação dos produtos não concluídos, mas com ações em curso, registrando seu estágio de execução, a nova previsão de prazo, e os obstáculos enfrentados;
- a.4** indicação de eventuais produtos e/ou operações abandonadas, justificando os motivos de tal decisão.

Os prazos de entrega e o número de relatórios de acompanhamento devem ser definidos no presente item.

b. Avaliação

Como procedimento de avaliação, propõe-se um relatório semelhante ao de acompanhamento, com um intervalo temporal mais dilatado, considerando somente a evolução das ações desenvolvidas. Esse documento deverá relatar o andamento geral dos trabalhos, considerando os relatórios de acompanhamento apresentados, os resultados efetivos obtidos e as dificuldades defrontadas, visando identificar os ajustes necessários para superar os problemas e agilizar a execução geral do Plano. O relatório de avaliação deverá ser encaminhado à Comissão Estadual do Projeto Orla para apreciação, permitindo a divulgação e o intercâmbio de experiências.

c. Revisão do Plano

A revisão do Plano deve ser prevista num marco temporal julgado pertinente em face das ações previstas, e do intervalo de tempo necessário para a consolidação das medidas de intervenção planejadas. A revisão será baseada nas avaliações efetuadas visando uma atualização ou mesmo uma nova versão do Plano. Nesse sentido, a revisão deve ser realizada após a confecção de, no mínimo, dois relatórios de avaliação.

Como mencionado, o Comitê Gestor da Orla também ficará encarregado do acompanhamento do Plano, coordenando o trabalho de avaliação e revisão, centrado, com objetividade, nas ações previstas.

13. Apresentação do Plano de Intervenção e cronograma geral

Nesse tópico deve ser elaborado documento de apresentação, seguindo os tópicos da estrutura geral do plano de intervenção desenvolvido, conforme as orientações contidas no início desse roteiro, assim como sua organização temporal (cronograma de trabalho), cobrindo o período de sua vigência até a data da revisão, cuja definição constitui seu item final.

A apresentação do cronograma deverá ser estruturada segundo a exemplificação que se segue.

QUADRO DE EXECUÇÃO TEMPORAL DO PLANO

Medidas	Início	Avaliação	Fim
Descrição da ação proposta conforme item 7. OBS: A cada ação ocupar um campo, indicando o local onde a mesma será implantada	Indicar data precisa	Indicar data precisa	Indicar data precisa

EXEMPLO DE APLICAÇÃO

Medidas	Início	Avaliação	Fim
Anteprojeto de reordenamento urbanístico	<i>janeiro de 2004</i>	<i>julho de 2004</i>	<i>dezembro de 2004</i>
Projeto de realocação dos moradores das barracas	<i>março de 2004</i>	<i>março de 2005</i>	<i>dezembro de 2006</i>